

## 1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.3.

### Eventos relevantes ocorridos em 2017:

#### *i) Empréstimo-ponte BNDES – Concebra*

A Companhia foi informada em 4 de janeiro de 2017 pelo Banco do Brasil e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”) que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) notificou referidas instituições financeiras para que honrassem as suas respectivas fianças bancárias prestadas ao BNDES no âmbito do empréstimo-ponte contraído junto à instituição pela controlada Concebra. Os bancos honraram com a fiança e pagaram ao BNDES o montante de aproximadamente R\$203 milhões em janeiro de 2017.

O empréstimo-ponte foi garantido por fiança bancária prestada pelo Banco do Brasil no valor principal de R\$100 milhões e pelo BDMG no valor principal de R\$60 milhões, além das remunerações previstas no empréstimo-ponte, e por fiança da Triunfo. As fianças bancárias prestadas pelo Banco do Brasil e pelo BDMG, por sua vez, são contra-garantidas por cessão fiduciária de recebíveis outorgada pela Concebra, por alienação fiduciária de ações de emissão da Concebra e por fiança da Triunfo.

O empréstimo-ponte em questão foi liberado pelo BNDES à controlada em parcelas, durante o período de junho de 2014 a outubro de 2015, no valor de aproximadamente R\$690 milhões, e o vencimento ocorreu em 15 de dezembro de 2016.

A quitação do empréstimo-ponte seria realizada com parte dos recursos do empréstimo de longo prazo no montante total de R\$3,6 bilhões, o qual havia sido aprovado pela diretoria do BNDES em fevereiro de 2016.

Em 30 de janeiro de 2017 foi ajuizada pelo BNDES uma ação de execução por quantia certa na 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com a cobrança do pagamento imediato da dívida, líquida da parte honrada pelos fiadores.

A Companhia foi citada da referida execução em 31 de janeiro de 2018, dando-se espontaneamente por citada também sua controlada na mesma data.

A exigibilidade da dívida já está sendo controvertida em ações que a Companhia ajuizou, juntamente com sua controlada, em face do BNDES, perante a Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro.

Adicionalmente, a fiança da Companhia para esta operação está abrangida em seu Plano de Recuperação Extrajudicial (vide notas explicativas nº 1 vii e 19), de modo que em relação à Companhia a ação deverá ser extinta, conforme prevê o Plano.

*ii) Vencimento de dívidas – Concer*

A controlada Concer foi notificada em 16 de janeiro de 2017 pela Planner Trustee DTVM Ltda. ("Planner"), na qualidade de agente fiduciário, sobre a declaração de vencimento das notas promissórias da Concer, no valor de R\$234 milhões, e sobre o vencimento antecipado da 1ª Emissão de Debêntures da concessionária, no valor de R\$178 milhões.

Os credores das notas promissórias são os bancos Itaú, Banco do Brasil e Santander. O crédito foi contratado com a finalidade de antecipar recursos até a liberação integral do empréstimo ponte firmado com o BNDES, estruturado para financiar a execução das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis, previstas no 12º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

O vencimento das notas promissórias e o não pagamento da parcela de amortização da 1ª emissão de Debêntures da Concer tiveram como consequência o vencimento antecipado das debêntures, contratadas junto aos bancos Itaú e Santander.

Em 21 de julho de 2017, a Concer assinou Acordo de Condição Resolutiva juntamente com os debenturistas e titulares das notas promissórias para definir os termos de quitação dos títulos vencidos. Em 16 de agosto de 2017, foi assinado o 1º Aditivo ao Acordo sob Condições Resolutivas alterando a operacionalização do pagamento das dívidas, sendo o montante de R\$194 milhões referente às notas promissórias e R\$151 milhões referentes às debêntures.

O 1º Aditivo ao Acordo sob Condições Resolutivas tem como premissa a equalização das dívidas vencidas da Concer, hipótese em que foram negociadas desonerações de multa e juros de mora incidentes sobre as debêntures e as notas promissórias no período de 16 de janeiro de 2017 a 16 de agosto de 2017. Nesse sentido, o acordo firmado ainda prevê que o pagamento da dívida será realizado em 43 parcelas, consecutivas, iniciando-se em 26 de agosto de 2017 até 26 de fevereiro de 2021, todo o dia 26 de cada mês, por meio do sistema SAC (Sistema de Amortização Constante), o que viabilizará a liquidação integral dos débitos no período de vigência da concessão.

Com efeito, está previsto o bloqueio da conta de Depósito Vinculado advindo da receita com pedágio bloqueada (vide nota explicativa nº 7), permanecendo retidos os valores correspondentes à soma das parcelas

de principal da Dívida e de juros incorridos no mês imediatamente anterior, dado que a amortização pelo sistema SAC implica em desembolsos decrescentes. O montante excedente na conta é liberado imediatamente em favor da controlada.

Em relação ao empréstimo ponte da Concer com o BNDES, em 07 de fevereiro de 2017 a controlada tomou conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo BNDES para que fosse efetuado, em parcela única, o pagamento do saldo devido, que totalizava em dezembro de 2017 o valor de R\$243 milhões. Em 6 de junho de 2017, a Concer recebeu a citação do BNDES, porém a exigibilidade da dívida já está sendo controvertida em ações que a Companhia e a controlada ajuizaram perante a Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro.

Adicionalmente, esta operação com o BNDES está abrangida nos Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e da Concer (vide notas explicativas nº 1 vii e 19), de modo que a ação deverá ser extinta, conforme prevê o Plano.

### *iii) Revisão interna – Triunfo*

A Companhia comunicou ao mercado em 06 de fevereiro de 2017 que, por determinação do Conselho da Administração, foi iniciado o trabalho de revisão interna para apurar a natureza, extensão e impacto dos fatos relacionados, porém não limitados, aos mandados de busca e apreensão de documentos cumpridos pela Polícia Federal em 10 de novembro de 2016.

A Companhia contratou o escritório Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados e a ICTS Global Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda., para a realização da revisão interna.

Em 10 de maio de 2017 o escritório Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados apresentou ao Conselho de Administração da Companhia o Relatório de Revisão Interna, contendo o resultado do trabalho realizado com base no escopo acordado entre as partes.

Como resultado desta revisão interna, foram sugeridas medidas e procedimentos para melhoria dos controles internos da Companhia e de determinadas subsidiárias, os quais estão em estágio de implantação pela Companhia.

### *iv) Notificação para pagamento – Vessel*

Em 20 de março de 2017, a controlada Vessel foi notificada pela Planner Trustee DTVM, na qualidade de agente fiduciário da emissão, sobre a declaração de vencimento antecipado da Primeira Emissão de Debêntures da Vessel.

Esta dívida já está compreendida no Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia (vide notas explicativas nº 1 vii e 19) e, desta forma, será amortizada de acordo com uma das condições previstas do Plano.

v) *Alienação Portonave – Triunfo*

Em 19 de junho de 2017 a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações tendo por objeto a alienação, direta e indireta, de 100% da sua participação na controlada e conjunto Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) para a Terminal Investment Limited S.A. (“TIL”).

A alienação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 15 de agosto de 2017, e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) em 11 de setembro de 2017.

Em 26 de outubro de 2017 todas as condições precedentes estavam cumpridas e a alienação das ações da Portonave foi concluída. A TIL, através de sociedade controlada, realizou o pagamento de R\$1,3 bilhão referente à parcela de fechamento da aquisição da participação da Companhia na Portonave.

Adicionalmente, o valor da alienação foi ajustado em decorrência de variações de indicadores financeiros da Portonave referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, totalizando uma receita adicional de R\$121,6 milhões. Em fevereiro de 2018 a Companhia recebeu R\$31,6 milhões referente ao primeiro ajuste do preço de venda. O recebimento da parcela residual (R\$90 milhões) ocorrerá durante o exercício de 2018.

vi) *Extensão de contrato de concessão – Concepa*

A controlada Concepa assinou, em conjunto com a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 14º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme publicação no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2017, seção 3, página 126.

O Termo Aditivo aprova a extensão de 12 meses do prazo de concessão dos trechos das BR-290 e BR-116 (RS) administrados pela Concepa, com redução da tarifa de pedágio de R\$ 13,80 para R\$ 7,10, nas praças de Santo Antônio da Patrulha e Eldorado do Sul, e de R\$ 6,90 para R\$ 3,50 na praça de Gravataí, decorrente da redução do escopo de atuação da Concessionária.

Por este Termo Aditivo serão prestados os serviços de socorro médico e mecânico, monitoramento por câmeras, operação do vão móvel da Ponte do Guaíba, conservação da rodovia, operação das balanças de pesagem, serviços de atendimento ao cliente e disponibilização de informações por meio dos canais da concessionária. Não estão previstas obras de melhoria de infraestrutura. O Termo Aditivo entrou em vigência à zero hora de 4 de julho de 2017.

*vii) Planos de Recuperação Extrajudicial – Triunfo e controladas*

Em 22 de julho de 2017, a Companhia e suas controladas Concer, Maestra, NTL, Dable e Vessel (em conjunto denominadas recuperandas) ajuizaram na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de homologação judicial de planos de recuperação extrajudicial nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, referendado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto de 2017.

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial, conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo (vide nota explicativa nº 33 ii), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

Na referida sentença, foram indeferidas as impugnações complementares apresentadas por alguns credores, tendo sido reconhecido, ainda, que o pagamento dos dividendos referentes ao exercício social de 2015 não contrariaria os Planos de Recuperação Extrajudicial.

As homologações consistem no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos tornam-se vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos Planos.

O Leilão Reverso consistente na opção B de pagamento dos Créditos Abrangidos, prevista na cláusula V.3 do Plano de RE, será realizado no dia 20 de março de 2018.

Ainda cabem recursos da decisão que homologou os Planos de Recuperação Extrajudicial.

*viii) Outorga fixa - Viracopos*

Em 24 de julho de 2017 a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. recebeu da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC a notificação de não pagamento da 5ª parcela da Contribuição Fixa do contrato de concessão de Viracopos (Outorga) de 2017, no montante de R\$169,2 milhões.

Adicionalmente, em relação à Outorga Fixa de 2016, a concessionária recebeu, conforme apólice de seguro garantia entre a seguradora Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A. ("Swiss Re") e Viracopos, a notificação de abertura de sinistro em face do inadimplemento, no montante de R\$127,4 milhões, acordado para pagamento com incidência de juros e multa moratória em R\$173,8 milhões até junho de 2017.

Em 30 de agosto de 2017, a seguradora Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A. pagou à ANAC R\$149,8 milhões referente à parcela de outorga fixa de 2016.

Em 14 de setembro de 2017 a Swiss Re ajuizou ação monitória em face de Viracopos, da Companhia e ainda Aeroportos Brasil S.A. e UTC Participações S.A. visando a cobrança do pagamento realizado à ANAC.

Em 10 de novembro de 2017, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. pagou o valor de R\$36,1 milhões para as seguradoras Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A e Austral Seguradora S.A., referente ao ressarcimento do valor pago por elas à ANAC. Em 2 de janeiro de 2018, foi realizado o pagamento de R\$ 120,2 milhões, liquidando a obrigação de ressarcimento com as seguradoras (vide nota explicativa nº 33).

Importante observar que desde dezembro de 2016, a concessionária mantém depositado na conta Outorga o montante de R\$147 milhões direcionados para seu pagamento. A transferência dos recursos para a conta do Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC) depende de uma liberação por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na qualidade de credor de Viracopos. As negociações referentes ao pagamento da Outorga com a ANAC, assim como as negociações para liberação dos recursos com o BNDES, estão em curso. A controlada em conjunto ainda segue em negociação na tentativa de evitar a execução de garantias.

*ix) Procedimento de relicitação – Viracopos*

Os acionistas da Concessionária Aeroportos Brasil Viracopos autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, a concessionária a adotar as medidas necessárias para, por meio de acordo entre as partes, solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17.

O início do processo ocorreu em 29 de julho de 2017, quando a Concessionária solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação.

*x) Vencimento antecipado Debêntures – Viracopos*

A controlada em conjunto Viracopos foi notificada em 26 de julho de 2017 pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, sobre o vencimento antecipado automático da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real em Quatro Séries de Viracopos.

O vencimento ocorreu devido aos termos do inciso (iii) da Cláusula 5.1.1 e da Cláusula 5.1.3 da Escritura de Emissão, que acarreta no vencimento antecipado automático das debêntures caso ocorra um pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela concessionária ou qualquer das intervenientes anuentes. A UTC, acionista indireta da Aeroportos Brasil Viracopos e interveniente anuente da emissão das debêntures, entrou com pedido de recuperação judicial em 17 de julho de 2017. A Triunfo, também acionista da Concessionária e interveniente anuente das debêntures, entrou com pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial em 22 de julho de 2017 (vide nota explicativa nº 1 vii).

Em 28 de julho de 2017, a Companhia recebeu uma notificação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, debenturista da emissão, informando que o BNDES tomou conhecimento da declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures e que mantém contato constante com a Concessionária, com o agente fiduciário e órgãos reguladores para avaliar a melhor solução, proteger seus interesses e viabilizar a continuidade das operações do aeroporto. O BNDES informou ainda que não há decisão definitiva de sua Diretoria sobre o vencimento antecipado da emissão.

xi) Esclarecimentos sobre mandado de busca e apreensão – Concepa, Maestra e Triunfo

Em 30 de agosto de 2017 a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede de suas controladas Concepa e Maestra. A ordem judicial teve origem na 11ª Vara da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Porto Alegre. A investigação é realizada em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), e apura eventuais fraudes e desvio de recursos públicos na execução da obra da 4ª faixa da BR-290/RS (Freeway), no trecho de Porto Alegre e Gravataí, conforme compromisso firmado junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT no 13º Aditivo ao Contrato de Concessão publicado no Diário Oficial da União seção 3 página 182 do dia 16 de abril de 2014.

A Companhia forneceu todas as informações solicitadas às autoridades competentes a fim de esclarecer integralmente os fatos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas, até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, não têm conhecimento de nenhuma ação penal ou denúncia crime em que figurem como ré em razão do evento citado.

xii) Programa de Recompra de Ações – Triunfo

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do Programa de Recompra de Ações para fins de permanência em tesouraria, alienação, ou recolocação no mercado com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto atual das ações da Companhia no

Mercado. O Programa de Recompra tem prazo de 18 meses, contados a partir da data de aprovação.

Poderão ser adquiridas até 4.708.827 ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa de Recompra, para realizar a aquisição das ações (vide nota explicativa nº 24 b).

xiii) Liquidação da 1ª emissão de debêntures da Vênus – Triunfo e Vênus

Em 26 de outubro de 2017, a Companhia resgatou a totalidade da 1ª série da Primeira Emissão de Debêntures conversíveis em ações da sua controlada Vênus, que possuía como alienação fiduciária as ações da Portonave e os direitos creditórios de sua venda. O montante total pago pelo resgate foi de R\$762 milhões.

xiv) Conclusão do desfazimento da Vetria

No dia 10 de novembro de 2017, foi concluído o processo de desfazimento da Vetria. A empresa TPB – Terminal Portuário Brites LTDA., detentora de terreno na área portuária de Santos, que havia sido aportada pela Triunfo na Vetria em dezembro de 2012, voltou a ser controlada pela Companhia. A partir da mesma data, a Triunfo deixou de deter qualquer participação societária na Vetria.

xv) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) – Triunfo e Concepa

Com base na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017 que passou a vigorar com alterações instituídas pela Medida Provisória nº 807 de 31 de outubro de 2017, a Triunfo em conjunto com sua subsidiária Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. (“Concepa”) realizou a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”). Os débitos tributários parcelados decorrem de autos de infração da Concepa no âmbito da Receita Federal.

Os débitos incluídos no PERT totalizam R\$277,7 milhões, sendo que R\$165 milhões serão abatidos com créditos de prejuízo fiscal e o restante será quitado em até 60 parcelas (vide nota explicativa nº 12).

xvi) Assinatura de termo aditivo - Econorte

Em 24 de novembro de 2017 foi assinado o 5º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 071/97, que considera a revisão periódica e ordinária estabelecida no Contrato de Concessão e seus aditivos, com vista na manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão.



Os impactos desta recomposição do equilíbrio econômico e financeiro foram considerados no reajuste tarifário aprovado pela Resolução Homologatória nº 009/2017 da AGEPAR e a Portaria nº 372/2017 do DER/PR, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial do Paraná de 29 de novembro de 2017 e de 30 de novembro de 2017. O reajuste médio das tarifas foi de 4,8%, refletindo o impacto da variação da inflação nos últimos doze meses, bem como a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro estabelecida no 5º Termo Aditivo.

A nova tarifa entrou em vigor nas três praças de pedágio a partir da zero hora do dia 1º de dezembro de 2017.

*xvii) Aquisição do CT Vias – Triunfo*

Em 28 de dezembro de 2017 a Triunfo firmou contrato vinculante para a aquisição do Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda. (CT Vias), pelo valor de R\$13 milhões.

O CT Vias é um prestador de serviços na área de diagnóstico e avaliação de pavimento asfáltico e de sinalização vertical e horizontal. Detém o acervo patrimonial completo dos 7.000 km de faixa de rodovias das concessões da Triunfo. Atualmente executa somente serviços para as empresas controladas pela Triunfo (rodovias e aeroporto). A aquisição tem como objetivo a internalização de serviços antes terceirizados para melhoria da eficiência operacional.

#### Ações da Companhia para continuidade operacional:

Em decorrência da descontinuidade de determinados segmentos da Companhia, deterioração das condições macroeconômicas, cenário político instável e execuções de credores, a Triunfo está implementando ações para a melhoria de sua reestruturação financeira, sendo compostas por três frentes:

- **Alienação de ativos:**  
A Companhia deu início à ação de alienação de ativos anunciando ao mercado a possibilidade de alienação dos ativos, Tijoá e CSE. Vide nota explicativa nº 14. A Aeroportos Brasil, anteriormente destinada à venda, foi baixada para perda, conforme nota explicativa nº 5 v). O ativo Portonave foi alienado em 26 de outubro de 2017.
- **Descontinuidade de ativos:**  
A Companhia decidiu encerrar as atividades e extinguir as empresas Maestra, NTL e Vessel (vide nota explicativa nº 14), bem como descontinuou projetos que estavam em fase de desenvolvimento (vide notas explicativas nº 14 e 17).
- **Plano de recuperação extrajudicial:**  
O plano desenvolvido é um instrumento legal, previsto na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência), que permite a uma sociedade renegociar com seus credores as condições de pagamento de suas dívidas de natureza privada, com exceção de créditos trabalhistas (vide notas explicativas nº 1 vii e 19).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas para alienação de ativos, junto ao plano de recuperação extrajudicial, são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

## **2. Base de preparação e principais políticas contábeis**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das demonstrações financeiras em 15 de março de 2018.

As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas, relacionadas aos itens apresentados. Àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

### **2.2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

### **2.3. Bases de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

### **Controladas**

Companhias	31/12/17		31/12/16	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	64,98	-	64,98	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	62,50	-	62,50	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços de Operações Rodoviária Ltda ("Rio Paraíba")	-	-	100,0	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("Holding TBR") (ii)	-	100,0	-	100,0
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (iii)	-	100,0	-	100,0
Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária ("CT Vias")	100,0	-	-	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	100,0	-	100,0	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iv)	-	100,0	-	15,79
Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally")	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (ii)	100,0	-	100,0	-
Maestra Serviços de Engenharia S.A. ("Maestra")*	-	-	100,0	-
NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL")*	-	-	100,0	-
Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. ("Vessel") (i)*	-	-	100,0	-
Maestra Shipping LLP ("LLP") (i)	100,0	-	-	100,0
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	64,00	-	64,00	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	100,0	-	100,0	-
Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus")	100,0	-	100,0	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	100,0	-	100,0	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,0	-	100,0	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,0	-	100,0	-
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip")	100,0	-	100,0	-

- (i) A Vessel detinha 100,0% de participação na LLP. Com a extinção da Vessel, a Companhia passou a deter participação direta na investida.
- (ii) A Dable detém 100,0% de participação na BRVias Holding TBR.
- (iii) A BRVias Holding TBR detém 100,0% de participação na controlada Transbrasiliana.
- (iv) A TPB passou a ser subsidiária integral da TPI-Log devido ao desfazimento da Vetria.
- (\*) Controladas extintas em 22 de agosto de 2017, conforme nota explicativa nº 14.

### **Controladas em conjunto**

Companhias	31/12/17		31/12/16	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i)	-	-	33,33	16,77
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	-	-	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i)	-	-	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria") (ii)	-	-	-	15,79
Aeroportos Brasil S.A. ("ABSA") (iii)	48,12	-	48,12	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos") (iii)	-	24,54	-	24,54
Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA") (iii)	-	24,54	-	24,54
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (iv)	-	50,10	-	50,10
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (iv)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (v)	52,50	-	52,50	-

- (i) A Portonave detém 100,0% de participação na Iceport e Teconnave. A alienação da Portonave foi concluída em outubro de 2017.
- (ii) Em novembro de 2017 foi concluído o desfazimento da Vetria, e a TPI-Log deixou de ter participação acionária na empresa. A Vetria detinha 100,0% de participação na TPB, que passou a ser controlada pela TPI-Log a partir do desfazimento.
- (iii) A ABSA detém 51% de participação em Viracopos e Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.
- (iv) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.
- (v) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

## **2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

## **2.5. Principais políticas contábeis**

### **2.5.1. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

#### *(i) Ativos financeiros*

##### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não há saldo de ativos financeiros.

##### *Recebíveis*

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são representados por R\$91.568 e R\$121.845, respectivamente, referentes a contas a receber de clientes e dos aditivos aos contratos de concessão.

#### *(ii) Passivos financeiros*

##### *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

- A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes;
- Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são representados por R\$211.660 e R\$914.740, respectivamente (derivativos e debêntures Econorte e Vênus).

#### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são representados por R\$2.090.606 e R\$2.142.556 (empréstimos, debêntures e notas promissórias, exceto debêntures Econorte e Vênus).

#### **2.5.2. Ajuste a valor presente dos ativos e passivos**

O ajuste a valor presente, para ativos e passivos monetários, é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. As taxas de juros implícitas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações financeiras.

## 2.6. Reapresentação de saldos comparativos

Devido ao encerramento das investidas Maestra, NTL e Vessel em agosto de 2017, os resultados dessas companhias até o momento da extinção foi classificado como Resultado de operações descontinuadas. Para fins de comparabilidade, conforme exigido pelo CPC 31 (IFRS 5), o resultado exercício de 2016 está sendo reapresentado com os mesmos critérios de classificação, e não mais com a consolidação das referidas investidas.

DRE Consolidada - 31/12/2016			
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	1.543.003	4.228	1.547.231
Custos dos serviços prestados	(987.362)	(27.253)	(1.014.615)
Lucro bruto	555.641	(23.025)	532.616
Receitas (Despesas) operacionais	(180.397)	14.075	(166.322)
Resultado de equivalência patrimonial	(276)	-	(276)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	374.968	(8.950)	366.018
Resultado financeiro	(619.296)	41.604	(577.692)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(244.328)	32.654	(211.674)
Imposto de renda e contribuição social	(80.128)	114.825	34.697
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(324.456)	147.479	(176.977)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	(10.195)	(147.479)	(157.674)
Prejuízo líquido do exercício	(334.651)	-	(334.651)
Atribuição aos:			
Acionistas controladores	(318.608)	-	(318.608)
Acionistas não controladores	(16.043)	-	(16.043)

DFC Consolidada - 31/12/2016			
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo líquido do exercício	(318.608)	-	(318.608)
Ajustes para conciliar o resultado			
Resultado de operações descontinuadas	10.195	147.479	157.674
Outros ajustes de conciliação de resultado	847.059	(133.025)	714.034
Variações nos ativos e passivos	280.820	(1.921)	278.899
Caixa líquido gerado pelas nas atividades operacionais	819.466	12.533	831.999
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(284.969)	(129.472)	(414.441)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos	(621.122)	116.422	(504.700)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(86.625)	(517)	(87.142)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	156.406	-	156.406
No fim do período	69.781	(517)	69.264
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(86.625)	(517)	(87.142)

DVA Consolidada - 31/12/2016			
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receitas	1.731.705	4.228	1.735.933
Insumos adquiridos de terceiros	(729.388)	86.829	(642.559)
Valor adicionado bruto	1.002.317	91.057	1.093.374
Retenções	(321.775)	916	(320.859)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	680.542	91.973	772.515
Valor adicionado líquido recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(276)	-	(276)
Receitas financeiras	33.021	15.559	48.580
Valor adicionado total a distribuir	713.287	107.532	820.819
Distribuição do valor adicionado	713.287	107.532	820.819
Pessoal e encargos	158.679	(10.960)	147.719
Impostos, taxas e contribuições	127.026	(2.648)	124.378
Remuneração do capital de terceiros	663.144	(26.339)	636.805
Remuneração do poder concedente	45.352	-	45.352
Prejuízo de operações descontinuadas	10.195	147.479	157.674
Lucros retidos do exercício	(275.066)	-	(275.066)
Participação de acionistas não controladores	(16.043)	-	(16.043)

### 3. Normas, alterações e interpretações de normas

Estão descritas a seguir novas normas e alterações que foram emitidas, mas não estavam em vigor:

<p>IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)</p>	<p>O IFRS 9 - Financial Instruments foi emitido pelo IASB em 12 de novembro de 2009, com última alteração em 12 de setembro de 2016. Em 04 de novembro de 2016 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o termo de aprovação recomendando a aprovação do CPC 48 – Instrumentos financeiros, norma equivalente ao IFRS 9, pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 22 de dezembro de 2016, através da Deliberação CVM Nº 763/2016, a CVM aprovou e tornou obrigatório a aplicação do pronunciamento. A nova norma está em vigor desde 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada, embora facultada pela IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.</p> <p>O CPC 48 substitui CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, ICPC 06 – Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior e o OCPC 03 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. As principais alterações apresentadas pela nova norma são (i) classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável de ativo financeiro e (iii) contabilização de hedge.</p> <p>A Companhia realizou uma avaliação do CPC 48 e de seus impactos em cada um de seus instrumentos financeiros, a qual foi concluída ao final de 2017. O resultado deste estudo está apresentado a seguir:</p> <p><b>Classificação e mensuração</b></p> <p>A Administração da Companhia não identificou alteração na classificação de seus instrumentos financeiros, especialmente dos ativos e, desta forma, não espera impacto na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da nova norma.</p> <p><b>Redução ao valor recuperável</b></p> <p>O CPC 48 exige que se registrem perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros a receber, tais como empréstimos e contas a receber de clientes. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. No entanto, não são esperados ajustes relevantes, tendo em vista que o contas a receber é formado basicamente por valores a receber de empresas operadoras de pedágio, cujo histórico de perdas é praticamente nulo e não apresentam, na data da elaboração da presente demonstração financeira. A Companhia ficará atenta aos indicadores de risco (tal como um evento de solicitação de recuperação judicial, etc.) que levassem a Companhia a constituir uma provisão para perdas. Esses modelos de riscos estão sendo aperfeiçoados pela Companhia para aprimorar o acompanhamento de riscos futuros a fim de identificar antecipadamente eventuais eventos de perdas futura para fins de ajuste da provisão.</p> <p><b>Contabilidade de hedge</b></p> <p>As relações de hedge designadas como hedge eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de hedge de acordo com o CPC48. Uma vez que a nova norma não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza hedge efetivo, a aplicação dos requisitos de hedge da nova norma não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p><b>Apresentação e divulgação</b></p> <p>Na avaliação da Companhia as divulgações sobre gestão de risco relacionadas às aplicações financeiras e contas a receber deverão ser complementados, incluindo, entre outras, a política de monitoramento dos fatores de mercado que possam gerar riscos de crédito à sua carteira.</p> <p><b>Adendos emitidos pelo IASB</b></p> <p>Em 12 de outubro de 2017 o IASB emitiu um adendo ao IFRS 9, referente ao pré-pagamento com compensação negativa. As alterações deste adendo devem ser aplicadas retrospectivamente para os exercícios fiscais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. A Companhia não identificou impactos relevantes sobre essa alteração.</p>
--	---



<p>IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)</p>	<p>O IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers foi emitido pelo IABS em 28 de maio de 2014, com última alteração em 12 de abril de 2016. Em 04 de novembro de 2016 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o termo de aprovação recomendando a aprovação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, norma equivalente ao IFRS 15, pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 22 de dezembro de 2016, através da Deliberação CVM Nº 762/2016, a CVM aprovou e tornou obrigatório a aplicação do pronunciamento. A nova norma está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita. A adoção antecipada, embora facultada pela IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.</p> <p>O novo pronunciamento estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a nova norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.</p> <p>A Companhia realizou uma avaliação do CPC 47 e de seus impactos em cada uma de suas receitas de forma detalhada, a qual foi concluída ao final de 2017. O resultado deste estudo está apresentado a seguir:</p> <p>Receitas de pedágio</p> <p>Receita pela qual a Companhia recebe uma tarifa de pedágio como contraprestação pelo uso da infraestrutura da rodovia, sendo reconhecida no momento da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos.</p> <p>Receitas de construção</p> <p>A Companhia executa obras de ampliação e melhoria de infraestrutura da rodovia, nos termos do contrato de concessão, reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras, em contrapartida ao ativo intangível. A contraprestação pela execução de tais obras se dá mediante amortização pela tarifa de pedágio de acordo com a projeção de volume de tráfego estimado ao longo do período de concessão.</p> <p>A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao “Método de insumo” apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção.</p> <p>Receitas acessórias</p> <p>A Companhia possui contratos com terceiros pelos quais permite a utilização da infraestrutura da faixa de domínio da rodovia. Tais contratos são pagos de forma antecipada e a contraprestação recebida é registrada como receita diferida, a qual é apropriada ao resultado mensalmente ao longo do prazo do contrato.</p> <p>A Companhia concluiu que a adoção da CPC 47 não tem efeito na contabilização de tais receitas, pois o modelo atual adotado é similar ao requerido pela nova norma. Entretanto, os montantes previamente divulgados como receita diferida devem ser divulgados, de acordo com o CPC 47, como “Passivos de contrato”, com ampla divulgação sobre as cláusulas de desempenho que precisam ser satisfeitas para o reconhecimento da receita. Considerando tal alteração, a Companhia reclassificará, quando da adoção da nova norma, os valores mantidos à rubrica receita diferida para Passivos de contrato e atentar-se-á as divulgações requeridas.</p> <p>Apresentação e divulgação</p> <p>A Companhia concluiu que algumas de suas divulgações serão complementadas, no entanto, não serão alterações significativas pela natureza de suas receitas e nível de julgamentos exercido no reconhecimento da receita (há basicamente uma única obrigação de desempenho para cada tipo de receita e a transferência do controle é claramente identificada).</p>
---	---

<p>IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)</p>	<p>O IFRS 16 - Leases foi emitido pelo IASB em 13 de janeiro de 2016. Em 06 de outubro de 2017 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o termo de aprovação recomendando a aprovação do CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, norma equivalente ao IFRS 16, pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 21 de dezembro de 2017, através da Deliberação CVM Nº 787/2017, a CVM aprovou e tornou obrigatório a aplicação do pronunciamento. A nova norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada, embora facultada pela IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.</p> <p>A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e requer que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, similar a contabilização de arrendamentos financeiros estabelecida pela CPC 06 (R1) (IAS 17). Há duas isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento pelos arrendatários: (i) arrendamentos de ativos de "baixo valor" (Como por exemplo, tablets, notebooks ou móveis de escritório) e arrendamentos de curto prazo (que possuem prazo de arrendamento inferior ou igual a 12 meses).</p> <p>O CPC 06 (R2) (IFRS 16) exige que os arrendatários façam divulgações mais detalhadas do que as previstas na CPC 06 (R1) (IAS 17). O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.</p> <p>A Companhia ainda não concluiu seus estudos sobre os impactos da referida norma sobre suas demonstrações financeiras e irá avaliar ao longo do exercício de 2018 o efeito potencial do CPC 06 (R2), (IFRS 16) em suas demonstrações financeiras.</p> <p>Não há outras normas ou interpretações, emitidas pelo CPC ou IASB, que ainda não entraram em vigor e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.</p>
---	--

#### 4. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

##### a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### b) Amortização do ativo intangível

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessões da rodovia, tendo sido

adotadas as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

### **c) Impostos**

A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### **d) Valor Justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

### **e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

## 5. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

### *i) Concessionárias de rodovias*

#### Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos.

Em abril de 2014 foi firmado o 12º termo aditivo ao contrato de concessão, cujo objeto é a execução de obras para a Nova Subida da Serra, em contrapartida ao pagamento dos serviços pelo Poder Concedente ou pela extensão de prazo do contrato de concessão, a fim de estabelecer equilíbrio econômico financeiro decorrente dos investimentos com as obras.

Devido à inadimplência do Poder Concedente referente a parte das obras já executadas, além dos procedimentos instaurados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a concessionária possui a expectativa de que o prazo de concessão seja prorrogado. No entanto, em junho de 2017 foi publicada a Resolução ANTT nº 5.353, que busca anular de forma unilateral a cláusula do 12º aditivo que permite a extensão do prazo de concessão.

A Concer obteve uma medida liminar concedida pela Justiça Federal do Distrito Federal, que preserva o direito de extensão de prazo previsto em contrato, e aguarda a competente recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. O valor total de obras executadas referente ao 12º aditivo, líquido de pagamentos efetuados pelo Poder Concedente, é de R\$ 522.416, classificados no ativo intangível.

#### Concepa

A Concepa explora 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Porto Alegre, conhecido como Free Way, e o entroncamento da BR-116/RS, de Porto Alegre à Guaíba. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão era de 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Concepa e o Poder Concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Em 04 de julho de 2017, foi firmado entre a Concepa e a ANTT o 14º Termo Aditivo ao contrato de concessão, que prorroga por mais um ano os serviços de manutenção e operação da rodovia. Durante este período a tarifa de pedágio foi readequada e não está prevista a realização de obras de expansão e investimentos.

### Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos.

### Concebra

A Concebra explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos.

### Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão está previsto para 25 anos.

#### *ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Guaíba e Rio Tibagi prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias às concessionárias de rodovias. Esses serviços são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

#### *iii) Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica*

### Tijóá

A Tijóá tem por objeto específico a geração de energia elétrica por meio da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ("UHE Três Irmãos") em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijóá desde agosto de 2014. A controlada em conjunto encontra-se disponível para venda, vide nota explicativa nº 14.

#### *iv) Administração de portos*

### Portonave

A Portonave possui o direito de exploração do terminal de uso privado, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa

Catarina, por 25 anos, contados a partir de 26 de janeiro de 2015, renováveis sucessivamente por mais 25 anos.

A Companhia celebrou contrato de compra e venda das ações da Portonave em junho de 2017, que foi concluída em 26 de outubro de 2017, conforme nota explicativa nº 1 v).

v) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos"), assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Viracopos pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. O valor total atualizado da outorga a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$2.821.910, líquido de compensações e pagamentos já efetuados. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Os acionistas de Viracopos autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de procedimento de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Em 29 de julho de 2017, a Concessionária solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação.

O interesse pela relicitação da Concessão de Viracopos advém do cenário de dificuldade financeira enfrentado pela Concessionária, derivada da alteração no contexto macroeconômico do país e da expectativa de

demanda estimada pelo próprio poder concedente para os serviços concessionados. Soma-se a isto a redução de tarifas sem a devida compensação econômica financeira pelo Poder Concedente à Concessionária concomitantemente ao ato, conforme previsto nos termos da Lei nº 8.987/95.

A Companhia refletiu em suas informações contábeis de 30 de junho de 2017 o efeito do reconhecimento de perda sobre este ativo, por meio da baixa do investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil S.A., atendendo à norma de Evento Subsequente (CPC 24, item 8). A perda registrada em 30 de junho foi de R\$304.483 (vide nota explicativa nº 14) e representa o valor de R\$404.289 em 31 de dezembro de 2017, devido aos aportes realizados à investida no segundo semestre de 2017.

A Administração da Triunfo pautou o registro de perda do investimento em Viracopos pelos os seguintes fatos: (i) os procedimentos de encerramento do atual contrato de concessão serão objeto de termo aditivo a ser firmado após aceita a qualificação para relicitação deste empreendimento; (ii) o valor da indenização está sujeito a processo arbitral; (iii) o pagamento da indenização aos atuais acionistas somente ocorrerá no momento da transferência do contrato de concessão para o futuro concessionário, ou abertura do processo de caducidade, e priorizará o pagamento dos financiadores, das multas e das outorgas.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Disponibilidades	4	9	363.583	65.938
Aplicações financeiras	3.778	341	12.548	3.843
	<b>3.782</b>	<b>350</b>	<b>376.131</b>	<b>69.781</b>

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

O aumento de disponibilidades em 31 de dezembro de 2017 decorre principalmente do recebimento na alienação da Portonave.

## 7. Caixa restrito

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Caixa restrito	3.983	-
	<b>3.983</b>	<b>-</b>

Os recursos financeiros dados em garantia de operações de empréstimos, não disponíveis para movimentação, são registrados como caixa restrito.

Em 21 de julho de 2017, a Concer assinou Acordo de Condição Resolutiva junto aos Debenturistas e titulares de Notas Promissórias para definir os termos de quitação dos títulos vencidos. O Acordo prevê a liquidação destes títulos mediante o pagamento de 44 parcelas mensais e sucessivas, de 26 de julho de 2017 a 26 de fevereiro de 2021, mediante o bloqueio de recursos necessários para o pagamento de principal e juros.

São bloqueados apenas os valores necessários para pagamento de principal e juros da dívida dos respectivos meses, permanecendo retidos estes valores até o dia útil anterior a cada data de pagamento, e liberados os valores excedentes.

## 8. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Transbrasiliana	8.389	8.318
Econorte	16.751	19.922
NTL	-	6.635
	<b>25.140</b>	<b>34.875</b>
Parcela do circulante	25.105	28.163
Parcela do não circulante	35	6.712

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES.

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme nota explicativa nº 20. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

A controlada NTL possuía aplicação financeira vinculada referente a créditos de AFRMM – Adicional ao frete para renovação da marinha mercante, que foram utilizados para amortizar seu empréstimo junto ao BNDES em fevereiro de 2017.



## 9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	55.510	54.151
Uso da faixa de domínio	-	-	28.675	20.363
Outras contas a receber (i) (ii)	123.173	12.415	136.623	18.027
	<b>123.173</b>	<b>12.415</b>	<b>220.808</b>	<b>92.541</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (iii)	-	-	(26.231)	(8.708)
	<b>123.173</b>	<b>12.415</b>	<b>194.577</b>	<b>83.833</b>
Ativo circulante	<b>123.173</b>	-	<b>194.577</b>	<b>71.372</b>
Ativo não circulante	-	12.415	-	<b>12.461</b>

- (i) O saldo a receber da Controladora em 31 de dezembro de 2017 refere-se substancialmente às receitas adicionais da alienação da Portonave (R\$121.565). Em fevereiro de 2018 foram recebidos R\$31,6 milhões. Vide nota explicativa nº 1) v).
- (ii) O saldo apresentado no comparativo (31 de dezembro de 2016) da Controladora referia-se ao contrato de cessão de crédito de AFAC realizado para a Egis (sócia da Triunfo na investida Aeroportos Brasil), que foi firmado em abril de 2016 para que a Egis integralizasse capital na investida. O valor cedido foi de R\$11.250, sendo atualizado a 100% do CDI. Em 09 de agosto de 2017, a Egis notificou a Companhia sobre o exercício de sua opção de venda com relação às ações integralizadas, que constavam como garantidoras neste contrato. A opção exercida implica na quitação deste crédito em contrapartida à transferência das ações subscritas pela Egis para a Triunfo. O investimento que a Triunfo detém na Aeroportos Brasil foi baixado em junho de 2017 (conforme nota explicativa nº 5, item v) e, portanto, a Companhia também registrou a baixa desta cessão de crédito.
- (iii) A provisão para crédito de liquidação duvidosa refere-se a saldos de contas a receber das controladas Concer e Transbrasiliana relativos a uso de faixa de domínio (R\$13.113), e à venda de licença ambiental obtida pela Concepa e repassada ao Poder Concedente no montante de (R\$13.118), que encontram-se vencidos há mais de 90 dias.

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	31/12/17	31/12/16
A vencer	<b>194.577</b>	83.833
Vencidos há mais de 90 dias	<b>26.231</b>	8.708
	<b>220.808</b>	<b>92.541</b>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/17	31/12/16
Saldo no início do exercício	<b>(8.708)</b>	(1.752)
Adições	<b>(17.523)</b>	(6.956)
Baixas	-	-
Saldo no final do exercício	<b>(26.231)</b>	<b>(8.708)</b>

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

## 10. Contas a receber – contratos de concessão

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Contas a receber de aditivos - Concepa	<b>20.164</b>	38.012
	<b>20.164</b>	38.012

A controlada Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

Em 1º de abril de 2016, a Concepa recebeu do Poder Concedente o montante parcial de R\$241.686, restando R\$38.012 a receber. De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo recomposto a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164. Caso não ocorra a liquidação financeira, o contrato aditivo prevê que o saldo restante a receber poderá ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

## 11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	369	<b>1.047</b>	4.953
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	<b>205</b>	995
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	<b>2.905</b>	2.334	<b>3.551</b>	4.711
Programa de Integração Social – PIS	-	-	<b>80</b>	1.735
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	<b>1</b>	-	<b>391</b>	7.963
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	<b>2.746</b>	3.505
Outros	<b>7</b>	6	<b>2.367</b>	2.451
	<b>2.913</b>	2.709	<b>10.387</b>	26.313
Parcela do circulante	<b>2.913</b>	2.709	<b>8.899</b>	21.797
Parcela do não circulante	-	-	<b>1.488</b>	4.516

## 12. Impostos de renda sobre o lucro

A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
<u>Prejuízo fiscal e base negativa (i)</u>	<b>54.068</b>	44.893
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para manutenção	<b>59.514</b>	39.050
Instrumentos financeiros derivativos	<b>9.146</b>	8.430
Provisão para contingências	<b>5.976</b>	4.443
Amortização de ágio	<b>125</b>	770
Lucros não realizados	-	7.217
Outras provisões temporárias	-	219
	<b>74.761</b>	60.129
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	<b>24.389</b>	25.472
	<b>153.218</b>	130.494

- (i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$15.448), Concebra (R\$25.691) e Transbrasiliana (R\$12.929).
- (ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

<b>Consolidado</b>	
Exercício a findar-se em:	
2018	14.836
2019	30.654
2020	8.578
	<b>54.068</b>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
Reserva de reavaliação	<b>53.640</b>	71.140
Receita de construção – Aditivos	<b>114.537</b>	120.667
Custos financeiros capitalizados	<b>14.068</b>	13.754
Estorno de amortizações – ICPC 01	<b>43.497</b>	54.197
	<b>225.742</b>	259.758

c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Triunfo	<b>49.516</b>	631.745
	<b>49.516</b>	631.745

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

Em 2017, a Companhia transferiu créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para suas controladas, com a finalidade de utilização nos programas de parcelamento da Receita Federal, o Programa de Regularização Tributária (PRT), estabelecido pela MP 766/17 e o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), criado pela MP 783/17, que foi convertida na Lei 13.496/2017. Em razão da cessão desses créditos, foi utilizado o montante de R\$570.645 do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (créditos de R\$194.019).

d) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

	31/12/2017				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(186.821)	(426.271)	46.757	334.253	(232.082)
À alíquota fiscal vigente (34%)	63.519	144.932	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(103.988)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	27.376	(95.612)	-	-	-
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(509)	-	-	-
Parcela isenta do IRPJ	24	24	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(37)	-	-	-	-
Compensação de prejuízo fiscais e bases negativa de CS	3.940	-	-	-	-
Impostos diferidos de exercícios anteriores (i)	194.019	-	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	(9.166)	(29.017)	(12.733)	-	(50.916)
IRPJ e CSLL diferidos	194.019	77.852	-	(1.082)	270.789
Total de IRPJ e CSLL	184.853	48.835	(12.733)	(1.082)	219.873
Alíquota efetiva (ii)		11%	27%		

- (i) IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, constituídos no período devido à utilização dos mesmos nos programas de parcelamentos PRT e PERT (vide item c) desta nota explicativa).
- (ii) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida devido aos autos de infração registrados pela Concepa no valor total de R\$277 milhões, pois são despesas indedutíveis para fins de apuração de impostos sobre o lucro. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real é de 34%.

31/12/2016 (Reapresentado)					
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(160.934)	(136.299)	63.450	22.109	(211.674)
À alíquota fiscal vigente (34%)	54.718	46.342	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(63.066)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	(2.484)	5.962	-	-	-
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(4.322)	(2.885)	-	-	-
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(351)	-	-	-
Parcela isenta do IRPJ	-	24	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	15.154	1.629	-	-	-
Reversão de impostos diferidos (i)	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(27.299)	(14.995)	-	(42.294)
IRPJ e CSLL diferidos	-	78.020	-	(1.029)	76.991
Total de IRPJ e CSLL	-	50.721	(14.995)	(1.029)	34.697
Alíquota efetiva		37%	24%		

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

### 13. Transações com partes relacionadas

As concessionárias de rodovias contrataram as controladas Rio Tibagi, Rio Guaíba, Maestra e Vessel (as duas últimas extintas em 22 de agosto de 2017) para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infraestrutura), ampliação das rodovias e outros serviços de engenharia. Esses serviços foram contratados quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$40.088 e R\$65.972 (Rio Tibagi e Rio Guaíba, respectivamente), respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras.

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia. Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	1	-	-
Concepa	-	-	-	6	-	-
Econorte	949	-	-	-	-	-
Rio Tibagi	-	-	-	-	-	-
TPI Log	-	-	-	1.208	-	-
Portonave	-	-	-	20.031	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	-	(1.939)	-	18.054	(2.749)
Portonave (v)	-	-	(50)	-	522	(64)
Concepa (xii)	-	-	(11.818)	-	101.721	(9.165)
Rio Guaíba (xiii)	-	-	(34)	-	1.201	(91)
Rio Parnaíba	-	-	-	-	-	(1.759)
Outros:						
Concepa	-	-	-	-	-	-
Rio Guaíba	-	-	-	-	290	-
Concebra	-	-	-	-	-	-
Portonave (xv)	-	-	-	-	12.773	(12.773)
Vênus (xvii)	-	14.282	-	-	-	-
Outros	-	3	-	-	24	-
<b>Total do circulante</b>	<b>950</b>	<b>14.285</b>	<b>(13.841)</b>	<b>21.246</b>	<b>134.585</b>	<b>(26.601)</b>
Mútuos financeiros:						
Maestra (ii)	-	-	7.989	101.221	-	15.550
Vetorial (iii)	-	-	46	411	-	54
Aeroportos Brasil (iv)	-	-	-	-	-	930
Vetria Mineração (vi)	-	-	259	2.033	-	(418)
BR Vias Holding (vii)	-	-	627	12.244	-	1.522
Transbrasiliana (viii)	-	-	3.424	66.854	-	7.303
Concebra (ix)	-	-	-	-	-	2.117
Concepa (x)	-	-	-	-	-	23
Vessel (xi)	-	-	-	-	-	1.271
Rio Claro (xvi)	340.152	-	7.311	25.843	-	176
Vênus (xvii)	-	-	(76.693)	-	676.738	(36.793)
Concer (xviii)	5.246	-	45	-	-	-
Outros:						
Maestra	6	-	-	1.404	-	353
Econorte	1.218	-	8.648	208	-	9.442
Rio Tibagi	1.866	-	756	1.223	-	905
Rio Guaíba	467	-	491	-	-	710
Concepa (xix)	195.889	-	3.618	2.353	-	5.813
Concer (xix)	31.461	-	7.572	5.554	-	10.360
Concebra (xix)	31.979	-	-	7.787	-	4.351
Transbrasiliana (xix)	23.121	-	-	6.376	-	3.246
Juno (xiv)	15.022	-	-	19.473	-	-
Vênus	8.659	-	-	-	-	-
TPI Log	-	-	-	9.559	-	-
Outros	687	-	587	1.130	-	838
<b>Total do não circulante</b>	<b>655.773</b>	<b>-</b>	<b>(35.320)</b>	<b>263.673</b>	<b>676.738</b>	<b>27.753</b>
<b>Total</b>	<b>656.723</b>	<b>14.285</b>	<b>(49.161)</b>	<b>284.919</b>	<b>811.323</b>	<b>1.152</b>

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 127% da variação do CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (v) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Vetria com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 2% a.a., que corresponde ao custo de captação da Triunfo.
- (vii) Mútuo referente a captações da BRVias Holding com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Mútuo referente a captações da Transbrasiliana com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (ix) Mútuo referente a captações da Concebra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xi) Mútuo referente a captações da Vessel com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Concepa, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xiii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Guaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xiv) Contas a receber da Juno referente à venda das cotas do FIP Constantinopla para a controlada.
- (xv) Contas a pagar à Portonave referente a processo judicial em nome da investida em que a Companhia será responsável pelo desembolso financeiro. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo encontra-se na rubrica de Outros Débitos, pois a Portonave não se classifica mais como Partes Relacionadas devido a sua alienação em outubro de 2017.
- (xvi) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xvii) Refere-se à debênture emitida pela controlada Vênus, que foi repassada à Triunfo com as mesmas taxas e condições estabelecidas na Escritura original (vide detalhes na nota explicativa nº 20 - Debêntures).
- (xviii) Mútuo referente a captações da Concer com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 7% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xix) Contas a receber das controladas que incluem, além de reembolsos de despesas, créditos de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Triunfo, cedidos às controladas para fins de abatimento de débitos tributários nos programas de parcelamentos (PRT e PERT). Vide nota explicativa nº 12 c).

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Portonave	-	-	-	28.839	-	-
TPI Log	-	-	-	1.208	-	-
Tijóá	-	-	-	93	-	-
Prestação de serviço:						
CTSA (Concebra) (i)	-	10.919	-	-	-	-
Compasa (Econorte) (i)	-	-	-	-	673	-
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	30.124	-	-	-	-
CTSA (Transbrasiliana) (i)	-	1.852	-	-	3.984	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (vi)	-	-	(50)	-	522	(64)
Outros:						
Portonave (ix)	-	-	-	-	12.773	(12.773)
THP - Prejuízo fiscal	-	15.327	-	-	-	-
Outros	-	3.016	-	-	55	-
<b>Total do circulante</b>	<b>-</b>	<b>61.238</b>	<b>(50)</b>	<b>30.140</b>	<b>18.007</b>	<b>(12.837)</b>
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	-	-	46	411	-	54
Aeroportos Brasil (v)	-	-	-	-	-	930
Maestra (vii)	-	-	7.989	-	-	-
Vetria (viii)	-	-	259	2.033	-	(418)
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	145	-	-	-	-	-
Outros:						
Vetria (iii)	-	-	-	20.305	-	-
Outros	2.458	-	587	1.148	-	323
<b>Total do não circulante</b>	<b>2.603</b>	<b>-</b>	<b>8.881</b>	<b>23.897</b>	<b>-</b>	<b>889</b>
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
Compasa (Econorte) (iv)	-	-	-	14.828	-	-
Consórcio NSS (Concer) (iv)	-	-	-	55.249	-	-
CTSA (Concebra) (iv)	74.824	-	-	78.892	-	-
<b>Total de imobilizado/intangível</b>	<b>74.824</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>148.969</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>77.427</b>	<b>61.238</b>	<b>8.831</b>	<b>203.006</b>	<b>18.007</b>	<b>(11.948)</b>

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Contas a receber da controlada TPI-Log com a controlada em conjunto Vetria, referente a despesas e estudos pagos pela Companhia.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Mútuos referentes a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 127% da variação do CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período. Os saldos foram capitalizados no exercício de 2016.
- (vi) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (viii) Mútuo referente a captações da Vetria com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais um spread de 2,0% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (ix) Contas a pagar à Portonave referente a processo judicial em nome da investida em que a Companhia será responsável pelo desembolso financeiro. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo encontra-se na rubrica de Outros Débitos, pois a Portonave não se classifica mais como Partes Relacionadas devido a sua alienação em outubro de 2017.



#### **14. Participações a comercializar e operações descontinuadas**

##### Ativo mantido para venda

Com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia implementou ações para a alienação de ativos. Com estas medidas, espera-se no curto prazo gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento. Dentre os investimentos que detém participação, a Companhia destacou os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, os quais foram destinados à venda.

Desta forma, desde 31 de dezembro de 2016 a Companhia vem classificando seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica “Participações a comercializar” no ativo circulante das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado. Conforme o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), os ativos estão registrados pelo valor contábil dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo.

A alienação da Portonave foi concluída em 26 de outubro de 2017, vide nota explicativa nº 1 v). O valor total da venda do ativo foi de R\$1.421.565, incluindo ajustes de preços contratuais após a data de alienação. O ganho apurado foi de R\$992.489 e foi registrado na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais no resultado do exercício de 2017. O valor do ganho considera a baixa do investimento na Portonave atualizado pela equivalência patrimonial até a data da alienação.

A controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi baixada para perda em 30 de junho de 2017, conforme nota explicativa nº 5 v).

##### Operações descontinuadas

Ainda como parte das ações implementadas para a reestruturação financeira da Companhia, em junho de 2017 a Administração da Companhia decidiu encerrar as atividades e extinguir as controladas Maestra, NTL e Vessel.

Em 22 de agosto de 2017, as referidas empresas foram extintas e portanto os saldos referentes a essas investidas foram baixados e/ou realizados. O efeito do investimento da controladora em tais empresas no resultado do período foi uma perda de R\$292.156, apresentada na rubrica de Outras despesas (receitas) operacionais, devido à realização de lucros não realizados e de ágios gerados no aumento de participação. Até a data da baixa, os resultados de equivalência patrimonial das controladas estavam sendo apresentados como resultados de operações descontinuadas.

a) Composição dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas

	Controladora						Consolidado	
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Ágio gerado na aquisição	Saldos em 31/12/17	Saldos em 31/12/16	Saldos em 31/12/17	Saldos em 31/12/16
Aeroportos Brasil	-	-	-	-	-	340.967	-	340.967
Portonave	-	-	-	-	-	415.233	-	415.233
Tijóá	20.704	50,10%	10.372	6.452	16.824	14.414	16.824	14.414
CSE	5.459	50,10%	2.735	-	2.735	2.502	2.735	2.502
Investimentos destinados à venda	26.163		13.107	6.452	19.559	773.116	19.559	773.116
Vetria (i)	-	-	-	-	-	-	-	21.122
Participações a comercializar e operações descontinuadas	26.163		13.107	6.452	19.559	773.116	19.559	794.238

- (i) A Triunfo, por meio de sua controlada TPI-Log, deixou de ter participação na controlada em conjunto Vetria em novembro de 2017, conforme nota explicativa nº 1 xv), devido ao desfazimento do projeto.

Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado do exercício consolidada, separadamente dos resultados das operações em continuidade. Os resultados referentes aos investimentos descontinuados em 2017 (Maestra, NTL e Vessel) deixaram de ser consolidados e estão sendo reapresentados como Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas também no exercício de 2016 para fins de comparabilidade, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Resultado de operações descontinuadas (controladora e consolidado)	
	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)
Tijóá	<b>6.419</b>	5.560
CSE	<b>584</b>	543
Aeroportos Brasil	<b>(36.605)</b>	(46.178)
Portonave	<b>54.412</b>	28.528
Vetria	<b>(124)</b>	1.352
NTL	<b>(8.837)</b>	(13.223)
Maestra	<b>(4.940)</b>	(68.694)
Vessel	<b>(15.570)</b>	(65.562)
	<b>(4.661)</b>	(157.674)

b) Principais saldos dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas

<u>Investida</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
TIJOÁ	29.872	40.425	17.804	31.789	20.704	12.812
CSE	7.765	1.315	3.621	-	5.459	1.166

## 15. Investimentos

### a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora					Investimentos permanentes em 31/12/17	Investimentos permanentes em 31/12/16
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Participações a comercializar		
Econorte	72.654	100%	72.654	-	-	72.654	65.718
Rio Tibagi	3.867	100%	3.867	-	-	3.867	14.343
Concepa	-	100%	-	-	-	-	120.021
Rio Guaíba	13.257	100%	13.257	-	-	13.257	3.805
Concer (i)	363.621	64,98%	236.281	6.504	-	242.785	260.059
Rio Bonito	12.359	62,50%	7.723	-	-	7.723	8.084
Concebra	329.007	100%	329.007	-	-	329.007	373.210
Convale	13.612	100%	13.612	(13.252)	-	360	360
TPI-Log (iv)	110.342	100%	110.342	-	-	110.342	32.364
Trevally	1	100%	1	-	-	1	1
Rio Claro	-	100%	-	-	-	-	10.231
Dable (ii)	196.229	100%	196.229	-	-	196.229	2.359
NTL	-	100%	-	-	-	-	2.010
Vênus	-	100%	-	-	-	-	7.086
ATTT (i)	131	64,00%	84	49	-	133	133
Santa Cruz	20.792	100%	20.792	-	-	20.792	20.792
Terlip	2.375	100%	2.375	-	-	2.375	2.375
Taboca	4.263	100%	4.263	-	-	4.263	4.263
Tucano	8.892	100%	8.892	-	-	8.892	8.892
Retirinho	2.674	100%	2.674	-	-	2.674	2.674
Guariroba	2.864	100%	2.864	-	-	2.864	2.864
Estrela	2.755	100%	2.755	-	-	2.755	2.755
Mercurio	1	100%	1	-	-	1	1
Minerva	1	100%	1	-	-	1	1
Netuno	1	100%	1	-	-	1	1
CT Vias (v)	1.533	100%	1.533	11.467	-	13.000	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>1.161.231</b>		<b>1.029.208</b>	<b>4.768</b>	<b>-</b>	<b>1.033.976</b>	<b>944.402</b>
Juno (iii)	4.537	100%	4.537	-	(19.559)	(15.022)	(19.380)
Rio Paraíba	(311)	100%	(311)	-	-	(311)	(311)
Ecovale (i)	-	52,5%	-	(48)	-	(48)	(48)
Vessel	-	100%	-	-	-	-	(32.554)
Maestra	-	100%	-	-	-	-	(116.155)
Concepa	(257.837)	100%	(257.837)	-	-	(257.837)	-
Rio Claro	(1.986)	100%	(1.986)	-	-	(1.986)	-
Vênus	(14.151)	100%	(14.151)	-	-	(14.151)	-
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	<b>(269.748)</b>		<b>(269.748)</b>	<b>(48)</b>	<b>(19.559)</b>	<b>(289.355)</b>	<b>(168.448)</b>
<b>Total Investimentos Líquido</b>	<b>891.483</b>		<b>759.460</b>	<b>4.720</b>	<b>(19.559)</b>	<b>744.621</b>	<b>775.954</b>

- (i) As controladas apresentam no período um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.
- (ii) A controlada Dable detém 100% de participação nas investidas Holding TBR e Transbrasiliana.
- (iii) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos foram reclassificados para Participações a comercializar – nota explicativa nº14.
- (iv) A TPI-Log deixou de ter participação na controlada em conjunto Vetria em novembro de 2017, conforme nota explicativa nº 1 xv). Com o desfazimento do projeto, a Triunfo voltou a ser controladora da TPB, detentora do terreno na área portuária de Santos, que havia sido aportado na Vetria.
- (v) Ágio na aquisição da CT Vias (R\$11.467), realizada em 28 de dezembro de 2017.

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
<b>Investimento</b>				
Terlip (i)	-	-	-	(276)
<b>Total Investimentos em controladas</b>	-	-	-	(276)
Ecovale	(48)	-	(48)	-
<b>Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias</b>	(48)	-	(48)	-
<b>Total Investimentos Líquido</b>	(48)	-	(48)	-

- (i) A Triunfo passou a deter o controle da controlada Terlip em dezembro de 2016 e, portanto, a investida passou a ser consolidada pela Companhia.

## b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/16	Aportes (reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Transferências (*)	Outros	Investimentos permanentes em 31/12/17	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/16
Econorte	65.718	-	7.885	(949)	-	-	72.654	(9.995)
Rio Tibagi	14.343	-	12.062	(22.538)	-	-	3.867	19.408
Concepa	120.021	3.480	(280.530)	-	-	(100.808)	(257.837)	15.633
Rio Guaíba	3.805	-	34.787	(25.335)	-	-	13.257	30.569
Concer	260.059	1.326	(18.600)	-	-	-	242.785	(28.214)
Rio Bonito	8.084	-	(361)	-	-	-	7.723	(16)
Concebra	373.210	26.500	(70.703)	-	-	-	329.007	(29.615)
Convale	360	68	(68)	-	-	-	360	(1.043)
Rio Paraíba	(311)	-	-	-	-	-	(311)	92
Ecovale	(48)	-	-	-	-	-	(48)	-
TPI-Log (i)	32.364	28	66.236	-	(124)	11.838	110.342	(40)
Trevally	1	-	-	-	-	-	1	(9)
Rio Claro	10.231	32	(12.249)	-	-	-	(1.986)	(1.498)
Vessel (iv)	(32.554)	-	-	-	32.554	-	-	-
Maestra (iv)	(116.155)	-	-	-	116.155	-	-	-
NTL (iv)	2.010	-	-	-	(2.010)	-	-	-
ATTT	133	-	-	-	-	-	133	(1)
Juno(iii)	(19.380)	-	(1)	-	4.359	-	(15.022)	(1.011)
Santa Cruz	20.792	10	(10)	-	-	-	20.792	(15)
Terlip	2.375	22	(22)	-	-	-	2.375	(248)
Taboca	4.263	8	(8)	-	-	-	4.263	(63)
Dable (v)	2.359	78.877	(13.168)	-	-	128.161	196.229	(29.921)
Tucano	8.892	79	(79)	-	-	-	8.892	(181)
Retirinho	2.674	16	(16)	-	-	-	2.674	(67)
Guariroba	2.864	85	(85)	-	-	-	2.864	(164)
Estrela	2.755	16	(16)	-	-	-	2.755	(45)
Rio Dourado	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Rio Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	983
FIP	-	-	-	-	-	-	-	(789)
Venus (ii)	7.086	4.191	(30.902)	(3.334)	8.808	-	(14.151)	(1.735)
Mercurio	1	-	-	-	-	-	1	(10)
Minerva	1	1	(1)	-	-	-	1	(5)
Netuno	1	5	(5)	-	-	-	1	(9)
CT Vias	-	13.000	-	-	-	-	13.000	-
<b>Total</b>	<b>775.954</b>	<b>127.744</b>	<b>(305.854)</b>	<b>(52.156)</b>	<b>159.742</b>	<b>39.191</b>	<b>744.621</b>	<b>(38.010)</b>

(\*) Transferências / outras movimentações:

- Foram capitalizados créditos detidos contra a investida no montante de R\$11.838.
- Transferência do saldo de dividendos distribuído pela Portonave à Vênus para Participações a comercializar, vide nota explicativa nº 14.
- Transferência do saldo de dividendos distribuído pela Tijoá e pelo CSE à Juno para Participações a comercializar, vide nota explicativa nº 14.

- (iv) Transferência dos saldos de investimento para a rubrica de operações descontinuadas, com extinção das operações em 22 de agosto de 2017, vide nota explicativa nº 14.
- (v) Foi realizado aumento de capital no valor de R\$81.161 na investida Dable com direitos creditórios referentes aos mútuos que a Companhia detinha com a BRVias Holding e com a Transbrasiliana. Adicionalmente, em dezembro de 2017 a Triunfo assumiu R\$47.000 de dívidas da Transbrasiliana por meio de integralização de capital.
- (vi) Foi realizada redução de capital na Concepa, com compensação de créditos detidos pela controlada com a Triunfo.

**c) Informações sobre os saldos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em 31 de dezembro de 2017**

<u>Controlada</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Econorte	43.275	341.433	134.658	177.396	72.654	7.885
Rio Tibagi	2.145	4.377	2.455	200	3.867	12.061
Concepa	38.119	661	289.394	7.223	(257.837)	(280.530)
Rio Guaíba	15.878	1.812	4.433	-	13.257	34.787
Concer	29.203	1.282.550	795.615	171.781	344.357	(47.889)
Rio Bonito	11.244	1.186	71	-	12.359	(576)
Convale	50	13.563	1	-	13.612	(68)
Rio Paraíba	-	-	311	-	(311)	-
Concebra	35.885	1.560.258	961.048	306.088	329.007	(70.703)
Dable	1	196.228	-	-	196.229	(13.168)
BRVias Holding	1.493	298.185	15.726	56.136	227.816	(14.568)
Transbrasiliana	31.231	573.655	111.461	195.240	298.185	(5.462)
TPI - Log	110.342	-	-	-	110.342	66.236
TPB	110.342	-	-	-	110.342	(42)
Santa Cruz	-	20.792	-	-	20.792	(10)
Rio Claro	329.681	8.869	340.536	-	(1.986)	(12.249)
Tucano	-	8.892	-	-	8.892	(79)
Retirinho	-	2.674	-	-	2.674	(16)
Guariroba	-	2.864	-	-	2.864	(85)
Estrela	-	2.755	-	-	2.755	(16)
Taboca	-	4.263	-	-	4.263	(8)
Juno	19.559	-	15.022	-	4.537	7.002
ATTT	-	131	-	-	131	-
Venus	14.283	-	8.659	19.775	(14.151)	(25.441)
Mercurio	1	-	-	-	1	-
Netuno	1	-	-	-	1	(5)
Minerva	1	-	-	-	1	(1)
Trevally	1	-	-	-	1	-
Terlip	9	2.366	-	-	2.375	(22)

**d) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado**

	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>Lucro (Prejuízo) líquido</b>	
	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
Controladora	<b>1.205.340</b>	975.591	<b>(6.636)</b>	(318.608)
Participação de acionistas não controladores	<b>125.470</b>	135.710	<b>(10.240)</b>	(16.043)
Consolidado	<b>1.330.810</b>	1.111.301	<b>(16.876)</b>	(334.651)

## 16. Imobilizado

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Veículos	Outros
<b>Custo</b>							
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	36.608	21.312	7.318	2.003	4.679	27.851	973
Construções / Aquisições	-	51	281	57	108	481	264
Adições – Novos Investimentos	70.200	302	8.434	187	195	333	-
Baixas	-	-	(755)	(31)	(57)	(1.631)	(1)
Baixa de investimento (i)	-	(41)	(191)	(73)	(160)	(13.527)	(45)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>106.808</b>	<b>21.624</b>	<b>15.087</b>	<b>2.143</b>	<b>4.765</b>	<b>13.507</b>	<b>1.191</b>
<b>Depreciação</b>							
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	-	(5.029)	(4.006)	(1.273)	(3.431)	(13.405)	(198)
Depreciação	-	(791)	(539)	(269)	(372)	(1.802)	(126)
Adições – Novos Investimentos	-	(46)	(3.004)	(87)	(171)	(182)	-
Baixas	-	-	482	17	70	829	-
Baixa de investimento (i)	-	27	6	37	33	3.472	30
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>-</b>	<b>(5.839)</b>	<b>(7.061)</b>	<b>(1.575)</b>	<b>(3.871)</b>	<b>(11.088)</b>	<b>(294)</b>
<b>Valor residual líquido</b>							
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	36.608	16.283	3.312	730	1.248	14.446	775
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>106.808</b>	<b>15.785</b>	<b>8.026</b>	<b>568</b>	<b>894</b>	<b>2.419</b>	<b>897</b>
<b>Taxas de depreciação média</b>		4%	10%	10%	20%	20%	10%

(i) Refere-se aos saldos de imobilizado de dezembro de 2016 das empresas Maestra, NTL e Vessel, que não são mais investimentos consolidados, conforme nota explicativa nº 14.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

## 17. Intangível

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01- Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização.

Custo	Controladora						
	Ágio na aquisição				Desenvolvimento de projetos (iii)	Licenças de uso e softwares	Total Controladora
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (ii)			
Saldo em 31/12/2016	41.476	114	267	4.028	31.512	1.669	79.066
Adições	-	-	-	-	3.858	699	4.557
Baixas	-	(114)	-	-	(34.885)	(640)	(35.639)
Saldo em 31/12/2017	41.476	-	267	4.028	485	1.728	47.984
<b>Amortização</b>							
Saldo em 31/12/2016	(29.989)	-	(248)	(2.544)	(732)	(888)	(34.401)
Amortização	(2.354)	-	(19)	(1.484)	(110)	(256)	(4.223)
Baixas	-	-	-	-	842	-	842
Saldo em 31/12/2017	(32.343)	-	(267)	(4.028)	-	(1.144)	(37.782)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2016	11.487	114	19	1.484	30.780	781	44.665
Saldo em 31/12/2017	9.133	-	-	-	485	584	10.202
Taxas de amortização	0.63%		0.95%			20%	

Custo	Consolidado							Total
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (iv)	Ágio na aquisição da Transbrasiliana (v)	Projetos de atividades portuárias (vi)	Projetos/ Estudos de PCHs (vii)	Ágio na aquisição da CT Vias (viii)	Outros Intangíveis	
Saldo em 31/12/2016	79.066	5.566.610	17.738	2.561	9.902	-	403	5.676.280
Adições	4.557	303.225	-	-	-	-	-	307.782
Adições-Novos Investimentos (x)	-	-	-	40.213	-	11.467	-	51.680
Baixas	(35.639)	(1.593)	-	-	-	-	(15)	(37.247)
Baixa de investimento (ix)	-	-	-	-	-	-	(61)	(61)
Saldo em 31/12/2017	47.984	5.868.242	17.738	42.774	9.902	11.467	327	5.998.434
Amortização								
Saldo em 31/12/2016	(34.401)	(2.008.883)	(1.284)	-	-	-	(209)	(2.044.777)
Amortização	(4.223)	(283.131)	(699)	-	-	-	-	(288.053)
Amortização - mais valia	-	(45.369)	-	-	-	-	-	(45.369)
Baixas	842	983	-	-	-	-	-	1.825
Baixa de investimento (ix)	-	11	-	-	-	-	-	11
Saldo em 31/12/2017	(37.782)	(2.336.389)	(1.983)	-	-	-	(209)	(2.376.363)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2016	44.665	3.557.727	16.454	2.561	9.902	-	194	3.631.503
Saldo em 31/12/2017	10.202	3.531.853	15.755	42.774	9.902	11.467	118	3.622.071

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, e foi integralmente amortizado até junho de 2017.
- (iii) Referem-se aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário, geração de energia e aeroportos. A amortização alocada em Desenvolvimento de Projetos refere-se aos gastos com estudos desenvolvidos para o Leilão de Aeroportos da ANAC de 2012, que estavam sendo amortizados até junho de 2017. No segundo semestre de 2017, foram baixados saldos referentes a projetos descontinuados pela Companhia e projetos que não tinham expectativa de benefícios econômicos futuros.
- (iv) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (v) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição da BRVias Holding TBR, controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (vi) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário, que ainda não estão em fase operacional.
- (vii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que ainda não estão em fase operacional.
- (viii) Refere-se ao ágio na aquisição de CT Vias, realizada em 28 de dezembro de 2017, que está em fase de análise e poderá ser reclassificado na alocação final do preço de compra.
- (ix) Refere-se aos saldos de imobilizado de dezembro de 2016 das empresas Maestra, NTL e Vessel, que não são mais investimentos consolidados, conforme nota explicativa nº 14.
- (x) Refere-se a projetos portuários da controlada TPB, que passou a ser consolidada em 31 de dezembro de 2017.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2018 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital das companhias. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

## 18. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado				
	Econorte	Concebra	Concer	Transbrasiliana	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>36.993</b>	<b>139.387</b>	<b>598</b>	<b>1.484</b>	<b>178.462</b>
Constituição da provisão para manutenção	14.591	38.480	-	142	53.213
Efeito do valor presente sobre a constituição	5.223	10.321	-	161	15.705
Realização da manutenção	(6.769)	-	-	-	(6.769)
Ajuste a valor presente - realizações	(3.800)	-	-	-	(3.800)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>46.238</b>	<b>188.188</b>	<b>598</b>	<b>1.787</b>	<b>236.811</b>
Circulante	25.306	-	598	-	25.904
Não circulante	20.932	188.188	-	1.787	210.907



## 19. Empréstimos e financiamentos

			Consolidado	
Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	31/12/17	31/12/16
<b>Triunfo (controladora):</b>				
Financiamento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	-	4.840
Financiamento – FINEP	Carta de fiança bancária	TJLP + 5%a.a.	-	12.476
Fiança Bancária FINEP – FIBRA	Carta de fiança bancária	8% a.a.	495	-
Fiança Bancária FINEP – ABC	Carta de fiança bancária	CDI+2% a.a.	623	-
Conta garantida - Santander	Não há	130% do CDI	-	2.235
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	Não há	CDI + 7,4424% a.a.	30.944	28.325
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil	Coobrigações THP	140% do CDI	-	19.923
Cédula de crédito bancário – Trophy FIP	Coobrigações THP	140% do CDI	22.827	-
Multiestratégia				
Fiança Bancária FINEP – China Construction Bank	Não há	CDI+8% a.a.	2.568	-
Fiança Bancária FINEP – Santander	Não há	CDI+1% a.a.	12.280	-
Cédula de crédito bancário – BTG Pactual	Alienação Fiduciária de Ações	CDI+3% a.a.	47.024	-
Cédula de crédito bancário – ABC	Alienação Fiduciária de Ações	CDI+5,8% a.a.	14.308	-
<b>Concepa:</b>				
Cédula de crédito bancário - Banco Original	Aval da Companhia + cessão de recebíveis	CDI + 5,536% a.a.	-	27.745
Cédula de crédito bancário - Santander	Não há	130% do CDI	-	16.277
Cédula de crédito bancário - BBM	Aval da Companhia e Rio Guaíba + cessão de recebíveis	CDI + 5,75% a.a.	-	31.205
<b>Concer:</b>				
Financiamento do imobilizado – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	1.032	1.832
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	Aval Pessoas Físicas	CDI + 7,4424% a.a.	8.669	7.816
FINAME – Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados	6% a.a.	491	1.018
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	Alienação fiduciária e fiança	CDI + 7,50% a.a.	-	138
FINAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária dos bens financiados	4% a.a.	1.153	2.082
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 6,5% a.a.	8.027	6.992
FINAME - Banco ABC do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo) e Carta fiança	CDI + 4,9% a.a.	-	209
Crédito Bacário – Banco ABC	Não há	TJLP + 4,25% a.a.	39.521	37.535
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 7,0% a.a.	55.344	48.356
Empréstimo Ponte - BNDES A	Fiança da Companhia (Triunfo) e fiança bancária	CDI + 8,3% a.a.	203.044	193.487
Cédula de crédito bancário – Banco Credito Varejo	Aval da Companhia (Triunfo)	8,89% a.a.	13.298	12.282
Cédula de crédito bancário – Banco Fibra	Aval da Companhia (Triunfo)	24,60% a.a.	9.345	8.355
Arrendamento Mercantil	Alienação fiduciária dos bens financiados		-	20
<b>Econorte:</b>				
Conta garantida - Santander	Não há	132,5% do CDI.	15.000	1.200
<b>Vessel (extinta):</b>				
Arrendamento Mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária e Aval da Companhia	14,98% a.a.	-	132
FINAME – BNDES	Alienação fiduciária e Aval da Companhia	7,5% a.a.	-	4.651
<b>Concebra:</b>				
Empréstimo Ponte – BNDES	Fiança da Companhia e fiança bancária	TJLP + 2% a.a.	773.773	824.990
Cédula de crédito bancário – BDMG	Aval da Companhia + recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	24.456	30.622
Empréstimo Ponte – BDMG	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	53.963	-
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	14,98% a.a.	80	592
FINAME – BNDES (Vessel)	Alienação fiduciária dos bens financiados	7,5% a.a.	2.653	-
Empréstimo Ponte – Banco do Brasil	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	89.889	-
<b>Rio Bonito:</b>				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	15	53
FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária e Aval da Companhia	7,2% a.a. a 11,7% a.a.	-	47
CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	18,02% a.a.	7	41
CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia	14,44% a.a.	-	4
<b>Maestra:</b>				
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 5,8% a.a.	-	13.128
<b>NTL:</b>				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Carta fiança e Aval da Companhia	TJLP +4,16% a.a.	-	12.335
<b>Transbrasiliana:</b>				
Finem – BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão / Penhor das ações	TJLP + 2,91% a.a.	170.365	186.269
Finame – BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão	TJLP + 2,5% a.a.	-	6
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 5,8% a.a.	16.967	25.167
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	16,77% a.a.	187	616
Arrendamento Mercantil – HP Financial	Alienação fiduciária dos bens financiados	11,26% a.a.	390	1.094
Arrendamento Mercantil – Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados	26,1% a.a.	167	-
Cédula de crédito bancário – BTG Pactual	Ações Tijoá e Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 7,0% a.a.	15.444	82.888
Finame – Banco Volkswagen	Alienação fiduciária dos bens financiados	16,71% a.a.	210	-
Cédula de crédito bancário – Banco Volkswagen	Alienação fiduciária dos bens financiados	27,78% a.a.	69	-
			1.634.628	1.646.983
Parcela do circulante			1.216.374	1.421.838
Parcela do não circulante			418.254	225.145

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	48.435	277.900
2020	-	27.067
2021	-	30.056
2022	-	27.321
A partir de 2023	-	55.910
	48.435	418.254

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2017, algumas cláusulas restritivas dos contratos da Companhia e de suas controladas não foram cumpridas, principalmente em relação ao pagamento das dívidas dentro do prazo de vencimento. No entanto, as dívidas vencidas estão contempladas nos planos de reestruturação financeira (Planos de Recuperação Extrajudicial, veja abaixo) e terão novas tratativas a partir de sua implementação.

Adicionalmente, os financiamentos das controladas Concer e Concebra com o BNDES também encontram-se vencidos e as mesmas tomaram conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo credor. A exigibilidade de tais dívidas já está sendo controvertida em ações que a Companhia ajuizou, juntamente com suas controladas, em face do BNDES, perante a Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro.

O elevado grau de endividamento no curto prazo deve-se principalmente aos financiamentos do BNDES, que seriam readequados com a liberação dos empréstimos na modalidade longo prazo da mesma instituição financeira. Cabe ressaltar que nenhum efeito contábil seria registrado, uma vez que os financiamentos citados já estão classificados integralmente no passivo circulante.

A Administração da Companhia vem adotando medidas para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na controladora e em suas controladas.

No dia 22 de julho de 2017, a Companhia apresentou em Juízo um pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial. O processo recebeu o nº 1071904-64.2017.8.26.0100 e está tramitando perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo/SP. No dia 25 de julho de 2017, o referido Juízo deferiu o processamento da Recuperação Extrajudicial e determinou a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas a créditos abrangidos pelos Planos.

O pedido de homologação judicial dos planos de recuperação extrajudicial ocorre principalmente em virtude: (i) da execução, por parte de credores financeiros, das dívidas e suas garantias das controladas de concessão rodoviária Concer e Concebra; (ii) dos riscos inerentes de bloqueios judiciais de ativos operacionais e financeiros essenciais à manutenção das atividades da Triunfo e da Concer; (iii) de restrições de liquidez, considerando a deterioração do cenário macroeconômico; (iv) da queda do desempenho operacional de parte das empresas controladas da Triunfo; e (v) da necessidade de aportes não previstos na Concer, na Concebra e na Vessel.

Os planos de recuperação extrajudicial abrangem unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a Companhia e suas controladas buscam equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras subsidiárias e da Concer, conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

As homologações consistem no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos tornam-se vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos Planos.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras, o Leilão Reverso, consistente na opção B de pagamento dos Créditos Abrangidos, será realizado no dia 20 de março de 2018.

Os recursos decorrentes do desinvestimento de ativos, conforme nota explicativa nº 14, estão sendo utilizados para a redução do endividamento da Companhia e de suas controladas. O acordo para amortização de dívidas com credores e os Planos de Recuperação Extrajudicial estão em linha com essa estratégia, que busca a melhor solução diante do cenário da Companhia para seu endividamento e para sustentabilidade de seus negócios.

## 20. Debêntures

Emissora	Emissão	Debêntures Emitidas	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros a.a.	Saldos em		
										31/12/2017	31/12/2016	
Econorte (i)	3ª Emissão	24.600	15/04/2015	Abril/2020	246.000	(6.435)	239.565	CDI + 3,20%	CDI + 3,95%	166.732	212.617	
Vessel-log / Triunfo (ii)	1ª Emissão	145.000	21/09/2012	Setembro/2017	145.000	(3.188)	141.812	IPCA + 7,60%	IPCA + 8,19%	43.484	38.159	
Concer (iii)	1ª Emissão	200	12/07/2013	Junho /2018	200.000	(8.750)	191.250	CDI + 3,85%	CDI + 4,82%	132.653	167.092	
BRVias Holding TBR (vi)	1ª Emissão	44.000	22/12/2010	Dezembro/2021	44.000	-	44.000	IGPM + 12%	IGPM + 12%	69.424	73.329	
Vênus (v)	1ª Emissão	699.331	23/11/2016	Janeiro / 2021	647.300	(7.355)	639.945	13,5% a 15,5%	23,64%	19.775	678.461	
					1.282.300	(25.728)	1.256.572			432.068	1.169.658	
										Circulante	257.668	222.634
										Não circulante	174.400	947.024

- (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (Swap), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa 26c), e para melhor apresentar o efeito dessa operação nas informações trimestrais foi aplicado *Hedge Accounting*, gerando ajustes a valor justo no saldo de debêntures a pagar. Os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representam o montante de R\$3.360 (R\$4.800 em 31 de dezembro de 2016), e o ajuste a valor justo, também apresentado compondo o saldo devedor, representa o montante de R\$1.750 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries. Após a extinção da Vessel, emissora original das debêntures, a Companhia assumiu os passivos anteriormente atribuídos à investida, mantendo vigentes todos os termos e condições iniciais. As debêntures encontram-se vencidas, porém esta dívida está inserida no Plano de Recuperação Extrajudicial solicitado pela Companhia.
- (iii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória. Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$2.213 e R\$3.950 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Não houve pagamento das notas promissórias da Concer em janeiro de 2017, ensejando o vencimento antecipado das debêntures da controlada. A Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 44 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.
- (iv) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012.
- (v) Debêntures privadas conversíveis em ações, com remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. durante o período, incluindo ainda variação cambial e prêmio a ser pago no vencimento. O saldo desta debênture está registrado a *Fair Value Option* devido às opções de câmbio e do prêmio, vide maiores detalhes dos derivativos na nota explicativa nº 29. A emissão possuía como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave e, portanto, devido à alienação do ativo, a 1ª série das debêntures foi totalmente resgatada em 26 de outubro de 2017 (vide nota explicativa nº 1 xiii). Os gastos de emissão estavam apresentados como redutores do saldo devedor e representavam o montante de R\$7.061 em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo refere-se ao prêmio, que consiste na 2ª série da emissão e está sendo mensurado a valor justo por meio da precificação das ações da Triunfo para a data de vencimento das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado nos itens ii) e iii) acima, as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017, com vencimento até o ano 2021, está assim distribuída:

Ano	Consolidado
2019	<b>127.122</b>
2020	<b>21.713</b>
2021	<b>25.565</b>
	<u><b>174.400</b></u>

## 21. Notas Promissórias

Emissora	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de juros	31/12/2017	31/12/2016
Concer (i)	18/01/2016	12/01/2017	210.000	CDI + 2,00%	<b>171.680</b>	216.993
					<b>171.680</b>	216.993

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040. Em 16 de janeiro de 2017 foi declarado o vencimento das Notas Promissórias da Concer. A controlada assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 44 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

## 22. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.433	-	4.806	4.977
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	3.460	511	8.801	11.606
Imposto de Renda Retido na Fonte	11	-	3.494	3.824
Cofins	137	614	7.852	39.229
PIS	22	100	1.686	7.172
INSS	1	-	2.430	9.399
Imposto Sobre Serviços	-	1	29.628	31.993
Imposto sobre Operações Financeiras	534	633	544	7.231
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	112	-	610	2.160
ICMS	-	-	-	9.007
Programa de Regularização Tributária – PRT	-	-	5.311	-
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	54.855	-
Outros impostos e contribuições	-	125	6.818	7.193
	<b>6.710</b>	1.984	<b>126.835</b>	133.791
Parcela do circulante	<b>6.710</b>	1.984	<b>119.043</b>	106.867
Parcela do não circulante	-	-	<b>7.792</b>	26.924

## 23. Provisão para demandas judiciais e administrativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				
	31/12/16	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/17
Processos cíveis	2.506	5.463	(1.050)	(999)	<b>5.920</b>
Processos tributários	381	1.702	(1.000)	-	<b>1.083</b>
Processos trabalhistas	2.020	3.214	(852)	(111)	<b>4.271</b>
Total provisão	<b>4.907</b>	<b>10.379</b>	<b>(2.902)</b>	<b>(1.110)</b>	<b>11.274</b>

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de perda foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possível nos montantes de R\$201.715 e R\$133.781 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

## **24. Patrimônio líquido**

### **a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 31 de dezembro de 2017 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

### **b) Ações em tesouraria**

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto das ações da Companhia no Mercado.

O programa inicial tinha prazo de 365 dias e foi aprovado novamente em 22 de março de 2016, estendendo seu prazo por mais 18 meses.

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do programa de recompra de ações, com prazo até março de 2019. Poderão ser adquiridas até 4.708.827 ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do programa, para realizar a aquisição das ações.

Até 31 de dezembro de 2017 foram recompradas 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

### **c) Reserva de reavaliação**

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados” integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada em conjunto Portonave efetuou ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. O valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e são realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

No exercício de 2017, além da realização reflexa do ajuste ao custo atribuído do período, foi realizado o montante de R\$235.835, em decorrência da alienação do investimento em outubro de 2017.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado)
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	<b>(6.636)</b>	(318.608)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	<b>173.506.600</b>	173.653.857
Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído	2.000.000	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(2.000.000)	(2.000.000)
Resultado por ação – básico	<b>(0,03825)</b>	(1,83473)
Resultado por ação – diluído	<b>(0,03825)</b>	(1,83473)
Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas	<b>(0,01138)</b>	(0,92675)
Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas	<b>(0,02686)</b>	(0,90798)

Em exercícios anteriores, o Conselho de Administração aprovou outorgas de opção de compra de 2.000.000 ações da Companhia para executivos e empregados. Estas opções não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2017, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período. As despesas referentes as opções de compra de ações foram totalmente reconhecidas em exercícios anteriores.

f) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	31/12/17	31/12/16
Lucro (Prejuízo) líquido	(6.636)	(318.608)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	20.241	18.104
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	256.546	25.438
Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	270.151	(275.066)
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	-
Base de cálculo de dividendos	270.151	(275.066)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (i)	(67.538)	-
Saldo à disposição dos acionistas	202.613	(275.066)

(i) O valor apurado é equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado, conforme prevê o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, bem como previsto no Estatuto Social da Companhia. No entanto, a Administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral Ordinária a deliberação quanto a distribuição de valor inferior ao mínimo obrigatório, conforme previsto na legislação societária.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$113.262, composto também pelo montante de R\$45.724 que contempla os dividendos do exercício social de 31 de dezembro de 2015, pagos em fevereiro de 2018, vide nota explicativa nº 33 vii).

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

h) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia. As transações de não controladores são basicamente relacionadas ao resultado de equivalência e aos aportes de capital efetuados pelos acionistas minoritários nas investidas.

## 25. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	1.290.580	1.270.290
Construção de ativos das concessões de rodovia	282.540	370.821
Outros	33.412	18.401
	1.606.532	1.659.512
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(113.791)	(112.281)
	1.492.741	1.547.231

*Receita de pedágio*



As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

#### *Reconhecimento de receita e margem de construção*

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está previsto no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

Diferente disso, nos aditivos contratuais das empresas Concer e Concepa, está previsto remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, foram determinadas as margens com relação às receitas de construção dos aditivos contratuais.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### *Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias*

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.

#### Nova norma de reconhecimento de receitas

Desde 1º de janeiro de 2018, está em vigor o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15), que não apresenta impactos significativos para as controladas da Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 3.

## 26. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura						Total LMI (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros	
Econorte	10.000	60.306	27.786	-	89.691	-	<b>187.783</b>
Concer	19.406	20.000	5.000	-	28.261	-	<b>72.667</b>
Concepa	4.000	322.734	2.000	-	29.109	6.400	<b>364.243</b>
Concebra	10.000	10.000	10.000	-	499.830	2.683	<b>532.513</b>
Transbrasiliana	10.000	24.000	18.500	-	62.675	367	<b>115.542</b>
Triunfo	-	-	-	40.000	-	7.000	<b>47.000</b>
<b>Total R\$</b>	<b>53.406</b>	<b>437.040</b>	<b>63.286</b>	<b>40.000</b>	<b>709.566</b>	<b>16.450</b>	<b>1.319.748</b>

(i) O Limite Máximo de Indenização corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

## 27. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2017 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$12.228. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró labore	<b>6.286</b>	5.677	<b>15.810</b>	15.856
Encargos sociais	<b>1.689</b>	1.890	<b>3.581</b>	4.268
Benefícios diretos e indiretos	<b>170</b>	261	<b>1.082</b>	835
Participações nos resultados	<b>2.159</b>	4.782	<b>4.550</b>	6.988
	<b>10.304</b>	12.610	<b>25.023</b>	27.947

## 28. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
<b>Receita financeira</b>				
Rendimento de aplicação financeira	7	5.080	4.826	12.719
Valor justo debêntures	36.793	-	15.294	-
Instrumentos derivativos	-	-	4.055	3.308
Ganho realizado – swap	-	-	1.506	9.735
Juros recebidos	-	393	1.843	2.506
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	19.700	28.528	8.298	16.345
Outros juros e descontos obtidos	17.814	24.052	4.560	3.967
	<b>74.314</b>	<b>58.053</b>	<b>40.382</b>	<b>48.580</b>
<b>Despesa financeira</b>				
Juros e remunerações sobre debêntures	(89.308)	(51.139)	(138.408)	(139.815)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(36.746)	(52.380)	(362.323)	(363.215)
Outros juros, multas e atualizações	(12.626)	(27.183)	(182.647)	(77.422)
Instrumentos derivativos	-	-	(4.593)	-
Valor justo debêntures	-	(36.793)	(719)	(41.628)
Impostos sobre operações financeiras	(1.627)	(3.570)	(6.074)	(4.192)
	<b>(140.307)</b>	<b>(171.065)</b>	<b>(694.764)</b>	<b>(626.272)</b>
 Variação Cambial Líquida	 (24.177)	 -	 (24.455)	 -
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(90.170)</b>	<b>(113.012)</b>	<b>(678.837)</b>	<b>(577.692)</b>

## 29. Instrumentos financeiros

### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativos Financeiros</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	25.140	34.875	25.140	34.875
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25.140</b>	<b>34.875</b>	<b>25.140</b>	<b>34.875</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	1.634.628	1.646.983	1.634.628	1.646.983
Debêntures	432.067	1.169.658	432.067	1.169.658
Notas Promissórias	171.681	216.993	171.681	216.993
Dividendos	114.806	41.543	114.806	41.543
Instrumentos Financeiros Derivativos	25.154	23.662	25.154	23.662
<b>Total</b>	<b>2.378.336</b>	<b>3.098.839</b>	<b>2.378.336</b>	<b>3.098.839</b>

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A debênture da Econorte, que é objeto de hedge, é mensurada a valor justo.
- A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

#### b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31 de dezembro de 2017		
	Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Inputs significativamente observáveis (Nível 2)	Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3)
<b>Ativos/Passivos mensuráveis a valor justo</b>			
Debênture (Econorte)	-	166.731	-
Derivativo (swap)	-	25.154	-
Debêntures (Vênus)	-	-	19.775
<b>Ativos/Passivos com divulgação do valor justo</b>			
Debênture (Econorte)	-	166.731	-
Derivativo (swap)	-	25.154	-
Debêntures (Vênus)	-	-	19.775

c) Instrumentos financeiros derivativos

- Econorte:

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger parte da remuneração de juros de CDI + 1,90 a.a. referente à debenture emitida em abril de 2015. O contrato de swap prevê que a Companhia transfira o risco de CDI + 1,90 a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10 a.a..

O valor nominal contratado foi de R\$246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

O instrumento financeiro derivativo e a debênture são mensurados a valor justo a partir de inputs significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo.

A Companhia mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ganho/Perda instrumentos derivativos	<b>(26.945)</b>	(24.891)
Marcação a mercado derivativos	<b>1.791</b>	1.229
Total instrumentos financeiros derivativos	<b>(25.154)</b>	(23.662)
Passivo Circulante	<b>(9.466)</b>	(10)
Passivo Não circulante	<b>(15.688)</b>	(23.652)
	<b>(25.154)</b>	(23.662)

Ajuste a valor justo debêntures

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ajuste valor justo das debêntures	<b>(1.750)</b>	(1.130)
Total ajuste valor justo debêntures	<b>(1.750)</b>	(1.130)
Efeito no Passivo Circulante	<b>(7.652)</b>	(15.830)
Efeito no Passivo Não circulante	<b>5.902</b>	14.700

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do swap segregado por período:

<b>Prazo</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Total</b>
<b>Valor</b>	(9.466)	(10.283)	(5.405)	<b>(25.154)</b>

- Vênus:

Em novembro de 2016, a controlada Vênus emitiu Debêntures privadas conversíveis em ações, conforme descrito na nota explicativa número 20, com remuneração de 13,5% a.a. nos primeiros 12 meses, 14,5% a.a. do 13º ao 24º mês e 15,5% a partir do 25º mês. A remuneração incluía ainda variação cambial caso as cotações do dólar estivessem abaixo de R\$2,91 ou acima de R\$3,14, com PTAX limite de R\$3,99 do 1º ao 12º mês, R\$4,24 do 13º ao 24º mês, R\$4,45 do 25º ao 36º mês e R\$4,70 do 37º ao 48º mês.

O prazo da dívida é 50 meses, e o vencimento ocorre integralmente em janeiro de 2021, podendo a 1ª série ser antecipada a qualquer momento.

Adicionalmente, a 2ª série consiste no pagamento de um prêmio ao debenturista, na data de vencimento do valor resultante da diferença (se positiva) entre a média ponderada por volume financeiro de negociação das ações da Triunfo na B3 durante os 60 pregões que antecederem a data de vencimento e o valor de R\$4,46, multiplicado por 15.000.000.

O saldo desta debênture está registrado a *Fair Value Option* devido às opções de câmbio e do prêmio. O valor justo da debênture da controlada Vênus, foi mensurado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo representava o montante total de R\$685.522, composto por R\$509.241 referente ao valor justo da dívida, R\$157.226 relativo as opções de câmbio e R\$19.054 sendo o prêmio da opção de remuneração adicional. Em outubro de 2017 a 1ª série foi totalmente resgatada e em 31 de dezembro de 2017 o valor justo representa apenas o valor do prêmio (2ª série), no montante de R\$19.775.

d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,75% para o ano de 2017 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

*Triunfo (Controladora e consolidado)*

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Econorte	CDI	1.131	848	565
Transbrasiliana	CDI	566	425	283
R\$47.223 (*)		1.697	1.273	848
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	6,75%	5,06%	3,38%

(\*) Saldos em 31 de dezembro de 2017 aplicados em CDB e Fundos DI

(\*\*) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2017, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2017 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

*Triunfo (Controladora e Consolidado)*

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Fiança Bancária FINEP - ABC	CDI	42	53	63
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	CDI	2.089	2.611	3.133
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil	CDI	1.541	1.926	2.311
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	CDI	173	217	260
Fiança Bancária FINEP - Santander	CDI	829	1.036	1.243
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	3.174	3.968	4.761
Cédula de crédito bancário - ABC	CDI	966	1.207	1.449
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	CDI	585	731	878
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	CDI	542	677	813
Crédito Bancário - Banco ABC	CDI	2.668	3.335	4.001
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	CDI	3.736	4.670	5.604
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	CDI	898	1.122	1.346
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	CDI	631	788	946
Conta garantida - Santander	CDI	1.013	1.266	1.519
Cédula de crédito bancário - BDMG	CDI	1.651	2.063	2.476
Empréstimo Ponte - BDMG	CDI	3.643	4.553	5.464
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	CDI	6.068	7.584	9.101
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	CDI	1.145	1.432	1.718
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	1.042	1.303	1.564
Empréstimo Ponte - BNDES A	TJLP	14.213	17.766	21.320
Empréstimo Ponte - BNDES	TJLP	54.164	67.705	81.246
Finem - BNDES	TJLP	11.926	14.907	17.888
R\$1.627.679 (**)		112.739	140.920	169.104
Debêntures - Econorte	CDI	11.254	14.068	16.882
Debêntures - Concer	CDI	8.954	11.193	13.431
Debêntures - Vessel-log	IPCA	1.631	2.038	2.446
Debêntures - BR Vias Holding TBR	IGP-M	2.937	3.671	4.405
R\$412.293 (**)		24.776	30.970	37.164
Notas Promissórias – Concer (i)	CDI	11.588	14.486	17.383
R\$171.681				
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	6,75%	8,44%	10,13%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	4,23%	5,29%	6,35%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	IPCA	3,75%	4,69%	5,63%

(\*) Saldos em 31 de dezembro de 2017

(\*\*) Fonte: BACEN

(\*\*\*) Fonte: Relatório Santander



Para verificar a sensibilidade da debênture da Vênus e seus derivativos financeiros, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2017, e a partir destes calculadas variações positivas e negativas de 25% e 50%. Foram analisados os riscos cambial, de crédito e do prêmio.

#### *Vênus (Consolidado)*

Risco	Cenário provável	Cenário II - 50%	Cenário III - 25%	Cenário IV 25%	Cenário V 50%
Risco da ação da Triunfo (i)	(2.291)	14.626	8.099	(9.160)	(19.062)

(i) Utilizada a expectativa do preço futuro da ação da Triunfo para 31 de dezembro de 2018, conforme consulta à Bloomberg.

#### e) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

##### i) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

##### ii) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%.

##### iii) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

iv) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

v) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

vi) Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	131.069	67.799	1.634.628	1.646.983
Debêntures (Nota 20)	43.484	-	432.068	1.169.658
Notas promissórias (Nota 21)	-	-	171.680	216.993
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 29)	-	-	25.154	23.662
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(3.782)	(350)	(376.131)	(69.781)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 8)	-	-	(25.140)	(34.875)
Dívida líquida	170.771	67.449	1.862.259	2.952.640
Patrimônio líquido (Nota 24)	1.205.340	975.591	1.330.810	1.111.301
Total do capital	1.376.111	1.043.040	3.193.069	4.063.941
Índice de alavancagem financeira - %	12,41	6,47	58,32	72,65

### **30. Informações por segmento**

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, Holding TBR, Transbrasiliana, Concebra, Triunfo Convale, Rio Paraíba e CT Vias;
- Administração de portos: TPI-Log e Vênus;
- Energia: Juno;
- Holding: a Companhia;
- Outros: Terlip, Rio Claro, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Rio Dourado, Netuno, Mercúrio, Minerva e ATTT.

As controladas Maestra, NTL e Vessel foram extintas em 22 de agosto de 2017 (vide nota explicativa nº 14). As controladas em conjunto que atuam no segmento de energia (Tijóá e CSE) não são consolidadas pela Companhia e encontram-se destinadas à venda (vide nota explicativa nº 14). A controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que atua no segmento aeroportuário, não é consolidada e seu investimento foi baixado pela Companhia em 30 de junho de 2017 (vide nota explicativa nº 5 v).

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/12/2017						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
<b>Operações em continuidade</b>							
Receita operacional líquida	1.492.741	-	-	-	-	-	1.492.741
Custos dos serviços prestados	(1.028.166)	-	-	-	-	-	(1.028.166)
Lucro bruto	464.575	-	-	-	-	-	464.575
Receitas (Despesas) operacionais	(286.844)	61.906	-	(2.213)	(96.658)	305.983	(17.826)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	177.731	61.906	-	(2.213)	(96.658)	305.983	446.749
Resultado financeiro	(551.688)	(26.711)	-	(10.268)	(90.170)	-	(678.837)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(373.957)	35.195	-	(12.481)	(186.828)	305.983	(232.088)
Imposto de renda e contribuição social	35.020	-	-	-	184.853	-	219.873
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(338.937)	35.195	-	(12.481)	(1.975)	305.983	(12.215)
<b>Operações descontinuadas</b>							
Resultado de operações descontinuadas	-	5.461	7.003	-	(4.661)	(12.464)	(4.661)
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(338.937)	40.526	7.003	(12.481)	(6.636)	293.519	(16.876)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	10.240	10.240
Lucro (prejuízo) líquido do período	(338.937)	40.526	7.003	(12.481)	(6.636)	303.759	(6.636)
Ativos totais por segmento	3.926.200	145.489	19.559	362.508	1.859.861	(1.724.435)	4.589.109
Passivos totais por segmento	3.178.209	28.506	15.022	340.536	586.983	(958.423)	3.190.761

	31/12/2016 (Reapresentado)						Consolidado
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	
<b>Operações em continuidade</b>							
Receita operacional líquida	1.547.231	-	-	-	-	-	1.547.231
Custos dos serviços prestados	(1.014.615)	-	-	-	-	-	(1.014.615)
Lucro bruto	532.616	-	-	-	-	-	532.616
Receitas (Despesas) operacionais	(152.944)	10.794	4.304	(1.599)	(47.922)	20.769	(166.598)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	379.672	10.794	4.304	(1.599)	(47.922)	20.769	366.018
Resultado financeiro	(462.597)	(1.723)	-	(360)	(113.012)	-	(577.692)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(82.925)	9.071	4.304	(1.959)	(160.934)	20.769	(211.674)
Imposto de renda e contribuição social	34.763	-	-	(66)	-	-	34.697
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(48.162)	9.071	4.304	(2.025)	(160.934)	20.769	(176.977)
<b>Operações descontinuadas</b>							
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	(157.674)	-	(157.674)
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(48.162)	9.071	4.304	(2.025)	(318.608)	20.769	(334.651)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	16.043	16.043
Lucro (prejuízo) líquido do período	(48.162)	9.071	4.304	(2.025)	(318.608)	36.812	(318.608)
Ativos totais por segmento	4.109.506	855.808	17.008	60.144	2.072.794	(2.140.905)	4.974.355
Passivos totais por segmento	3.259.523	688.020	19.473	25.955	1.097.203	(1.227.120)	3.863.054

(\*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

### 31. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

#### a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia (PER) prevê investimentos anuais remanescentes, conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2018	18.564
2019 a 2021	45.580
	<u>64.144</u>

Os valores apresentados encontram-se a preço original de abril de 1995 e são atualizados com o índice de reajuste da tarifa, estando em vigor o índice de 4,71016 aprovado em 2016.

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	31/12/17	31/12/16
Receita de construção	90.609	85.898
Custo de construção	(88.591)	(60.415)
	<u>2.018</u>	<u>25.483</u>

A margem apresentada no reconhecimento de receita de construção da Concer é referente ao 12º aditivo do contrato de concessão, conforme apresentado na nota explicativa nº 10.

b) Concepa

Até 31 de dezembro de 2017 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A Companhia contratou de parte relacionada o aluguel de sua sede. O contrato tem vigência de um ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustáveis pelo IGPM e não há restrições à Companhia ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar a partir de 31 de dezembro de 2017, considerando que a Companhia espera renovar seu aluguel até o final do novo período de concessão totalizam o valor de R\$270.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
Receita de construção	<b>37.425</b>	19.735
Custo de construção	<b>(37.425)</b>	(19.735)
	<b>-</b>	-

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Conforme a deliberação, o Programa de Exploração da Rodovia - PER, passou a prever investimentos no montante de R\$ 407.685. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2018	44.586
2019	31.256
2020	21.764
2021	310.079
	<b>407.685</b>

Adicionalmente, a Econorte assumiu o seguinte compromisso decorrente da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
Receita de construção	<b>44.718</b>	27.329
Custo de construção	<b>(44.718)</b>	(27.329)
	<b>-</b>	-

d) Concebra

A Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2018	907.831
2019	1.006.546
2020	406.434
2021 até 2044	5.416.198
	<u>7.737.009</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
Receita de construção	<b>93.050</b>	200.043
Custo de construção	<b>(90.692)</b>	(194.976)
	<u><b>2.358</b></u>	<u>5.067</u>

e) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2018	75.023
2019	12.157
2020	40.716
2021	10.892
2022	28.023
2023 até 2032	184.076
	<u>350.887</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
Receita de construção	<b>16.738</b>	37.816
Custo de construção	<b>(16.738)</b>	(37.816)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

### **32. Plano de previdência privada**

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$1.698 (R\$7.524 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.962 (R\$ 8.465 no consolidado) respectivamente.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$1.481 (R\$5.946 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.847 (R\$ 6.483 no consolidado) respectivamente.

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de dezembro de 2017 é de 1.005 participantes (1.238 participantes em 31 de dezembro de 2016).

### **33. Eventos subsequentes**

#### **i) Ressarcimento Seguradoras – Outorga Fixa de Viracopos**

Em 2 de janeiro de 2018 a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. pagou o valor de R\$ 120,2 milhões para as seguradoras Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A e Austral Seguradora S.A.

Essa foi a última parcela do acordo para ressarcimento às seguradoras do valor pago por elas à ANAC em agosto de 2017, referente à outorga fixa de 2016.

#### **ii) Homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial**

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras e de sua subsidiária Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio ("Concer"), conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

Na referida sentença, foram indeferidas as impugnações complementares apresentadas por alguns credores, tendo sido reconhecido, ainda, que o pagamento dos dividendos referentes ao exercício social de 2015 não contrariaria os Planos de Recuperação Extrajudicial.

As homologações consistem no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos tornam-se vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos Planos.



O Leilão Reverso consistente na opção B de pagamento dos Créditos Abrangidos, prevista na cláusula V.3 do Plano de RE, será realizado no dia 20 de março de 2018.

iii) Assinatura de Termo Aditivo - Econorte

Em 15 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial do Paraná o 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 071/97. O Termo Aditivo trata a readequação do cronograma de investimentos da Econorte, anteriormente concentrados no último ano da concessão (2021), para os anos de 2018 a 2021.

Tal readequação considera a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato e seus aditamentos, sem alteração das regras contratuais e dos valores das tarifas de pedágio praticadas atualmente. O Termo Aditivo foi homologado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR.

iv) Processo de Caducidade – Viracopos

Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. (“ABV” ou “concessionária”) recebeu notificação encaminhada pela Agência Nacional de Aviação Civil (“Anac”) comunicando a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar caducidade da concessão do Aeroporto de Viracopos.

Conforme notificação, a concessionária possui o prazo de 60 dias para apresentar a sua defesa, no qual todas as questões levantadas pela agência serão devidamente endereçadas. A despeito da notificação, a ABV reforça que não há qualquer prejuízo à operação, nem à qualidade dos serviços prestados, que permitem que o aeroporto seja classificado como um dos melhores do país.

Sem prejuízo da defesa que será apresentada, é importante ressaltar que a concessionária continua em tratativas para enquadramento do aeroporto no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) do Governo Federal, primeira fase do processo de relicitação da concessão do aeroporto.

v) Alienação - Portonave

Em 22 de fevereiro de 2018 a Companhia recebeu R\$31,6 milhões referente ao primeiro ajuste do preço de alienação da Portonave. O recebimento da parcela residual (R\$90 milhões) ocorrerá durante o exercício de 2018.

vi) Mandado de Busca e Apreensão

No dia 22 de fevereiro de 2017, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de suas subsidiárias Econorte e Rio Tibagi. A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR. Foi, ainda, decretada a prisão temporária de um executivo da Econorte e do Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, a qual foi revogada em 02 de março de 2018, conforme informado nos Fatos Relevantes dos dias 22 de fevereiro e 05 de março de 2018.

Em 27 de fevereiro de 2018 a Companhia recebeu pedido de afastamento temporário do Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores. Os membros do Conselho de Administração da Triunfo designaram na mesma data o Sr. Carlo Alberto Bottarelli para assumir as funções da referida Diretoria.

A Companhia forneceu todas as informações solicitadas e continuará a cooperar com as autoridades competentes a fim de esclarecer integralmente os fatos.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas, até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, não têm conhecimento de qualquer denúncia crime em que figurem como ré em razão do evento citado.

vii) Pagamento de Dividendos

Em 23 de fevereiro de 2018 a Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$0,230430 por ação, correspondente ao montante de R\$40 milhões apurado com base no lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, que havia sido aprovado em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) realizada em 29 de abril de 2016.

O valor dos dividendos foi atualizado, desde 1º de janeiro de 2017 até a data de pagamento, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais 4% (quatro por cento) ao ano, a título de remuneração pela postergação do seu pagamento. O valor pago com as devidas correções totalizou em R\$46,4 milhões.

viii) Comitê Independente

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia criou um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação dos eventos reportados quanto ao mandado de busca e apreensão (item vi).

O Comitê será composto por dois Conselheiros Independentes da Companhia, iniciando as suas atividades com a maior brevidade possível.